ACOMPANHAMENTO DA SAFRA 1982/83 — II

AGROANALYSIS

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

VOL. 7 — Nº 5 MAIO DE 1983

PERIÓDICOS

FGV-ESCOLA ADM EMPRESAS SP
BIBLIOTECA KARL BOEDECKER
AV 9 DE JULHO 2029 1O.AND
01313 SAO PAULO SP

IMPRESSO

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA DA
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
E
BANCO NACIONAL DE CRÉDITO COOPERATIVO

BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
Escola de Administração de
Empresas de São Paulo

AGROANALYSIS

FUNDAÇÃO
GETÚLIO VARGAS

Instituto Brasileiro de Economia

ÍNDICE

Página

Comentários

Avicultura 2

Cacau 7

Café 13

Cana-de-Açúcar 19

Pecuária de Corte 29

Pecuária de Leite 35

Suco Cítrico 39

Suinocultura 45

Panorama Agropecuário

Preços no Mercado Externo . . . 51

Preços no Mercado Interno . . . 53

Preços Relativos 55

NOTA DA EDIÇÃO

A economia brasileira sempre esteve articulada aos movimentos de uma ampla e complexa engrenagem, o chamado "sistema econômico mundial". Tal articulação permitiu ao país ultrapassar períodos críticos, mediante o melhor aproveitamento de suas vantagens comparativas. Assim, a cada "ciclo econômico", sucedeu um outro, responsável pela manutenção de uma sociedade que, a cada período, tornava-se mais e mais complexa.

Evidentemente, nada se fez sem esforço, embora a divisão da história econômica brasileira em ciclos prejudique a visão da realidade em sua mutação constante, no nível das relações sociais, do progresso técnico e das lutas do país por sua afirmação. Muita criatividade foi necessária, bastando lembrar o mecanismo de sustentação do mercado do café, criado no início do século, verdadeira antecipação de postulações keynesianas.

Atualmente, a economia do país vê-se afetada por uma séria crise, talvez a pior que já viveu e, novamente, será necessário apelar à criatividade.

Não parecia factível a obtenção de um superávit de US$ 6 bilhões na balança comercial do país, num momento em que os compradores, tanto dos produtos agropecuários, quanto dos manufaturados brasileiros, padecem de males semelhantes aos do Brasil. Paulatinamente, porém, foram sendo colocados os degraus para se alcançar aquele objetivo, hoje difícil, mas não inatingível.

Em termos de contribuição da agricultura para a saúde da economia do país, não se pode esquecer de seu papel no **front** *externo, com a colocação de produtos brasileiros em todos os mercados, nem no* **front** *interno, garantindo o abastecimento da população e a preservação de uma alternativa energética doméstica. O número anterior de* **Agroanalysis** *dedicou-se ao acompanhamento da comercialização das safras temporárias. Este número dedica-se à análise dos mercados e ao comportamento da comercialização das principais culturas permanentes (cacau, café, cana-de-açúcar e laranja) e da produção de origem animal (avicultura, suinocultura, bovinocultura de corte e de leite).*

Os oito textos contidos neste número procuram explorar todas as possibilidades abertas à comercialização dos produtos em questão, sempre ponderando não só a relevância destes itens na pauta de exportações do país mas, também, a influência das políticas a eles direcionadas, no que tange ao mercado interno. Sobressai nas análises relativas a três dos principais produtos agrícolas de exportação (café, cacau e açúcar) uma auspiciosa tendência de recuperação das cotações internacionais, o que permite reavaliar as estimativas de receita para o ano corrente.

COMENTÁRIOS

AVICULTURA

Desaceleração como resposta à crise

A produção brasileira de carnes vermelhas* e de aves, no ano de 1982, superou ligeiramente as 5 milhões de toneladas, sendo 48% constituídos por carne bovina, 19% por carne suína e 32% pela carne de aves. Em 1981, estes percentuais foram semelhantes, à exceção da carne suína, que alcançou 21%. Esta menor participação desta carne em 1982 abriu espaço para uma maior penetração da carne avícola no universo das proteínas animais, ao possibilitar o aumento, em um ponto percentual, de sua participação na produção de carnes em geral** em relação aos 31% registrados em 1981.

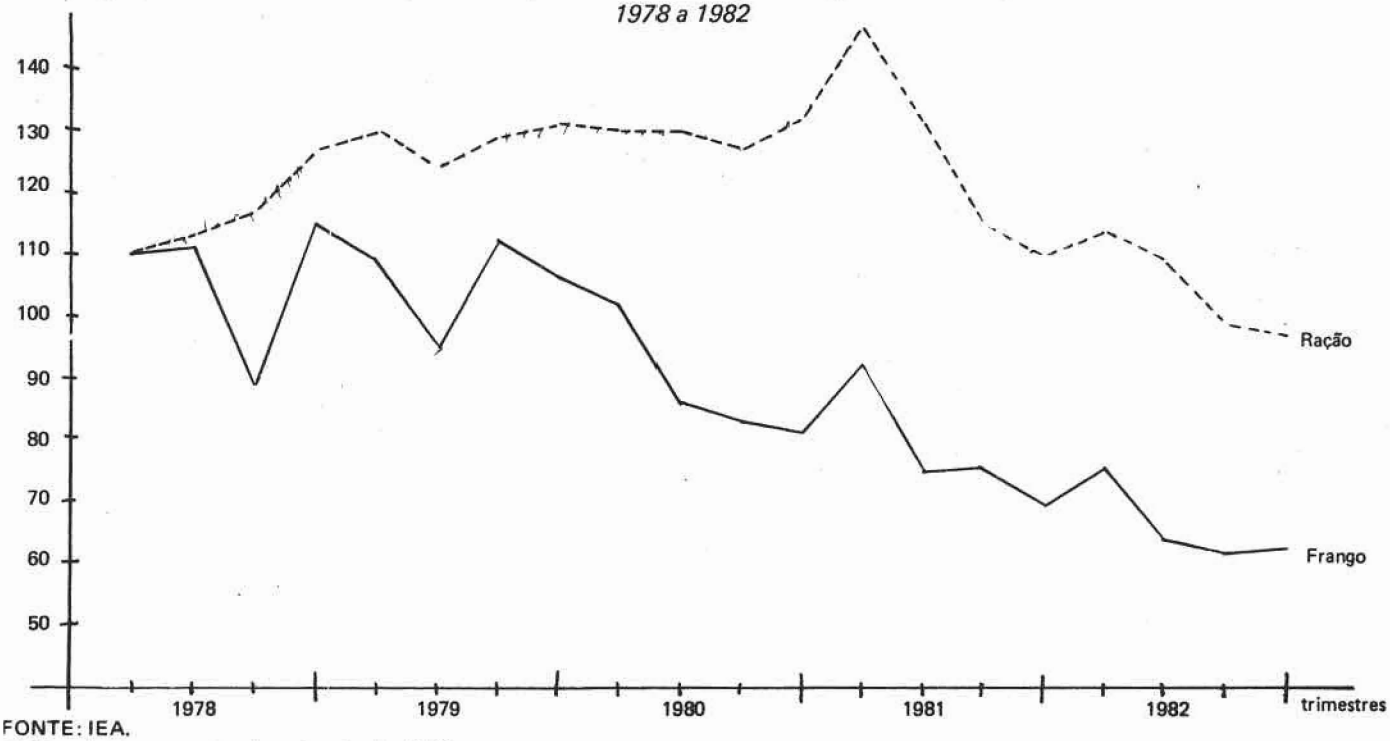
Em suma, o crescimento alcançado pelo setor avícola no período 1981/82, embora tendo sido de apenas 7,6%, inferior, portanto, às taxas registradas nos últimos anos, mais uma vez foi o maior entre os setores produtores de carne, mantendo em 67% a relação entre a produção de carne de aves e a de carne bovina.

* Carnes bovina, suína, caprina, de vitela, de carneiro e de ovelha.

** À exceção do pescado.

GRÁFICO 1

SÃO PAULO: Índices de Preços Reais (Médias Trimestrais) do Frango Vivo e da Ração Para Ave de Corte — 1978 a 1982*



FONTE: IEA.

* IGP, col. 2, para o primeiro trimestre de 1978.

A desaceleração do crescimento anual foi a resposta da avicultura à recessão no mercado interno no ano que passou, pois os dados da Apinco (Associação de Produtores de Pintos de Corte) mostram que o setor dispunha de potencial para expandir a produção destes animais em 36,5% no período 1981/82. Sendo assim, no ano passado produziram-se (de acordo também com dados da Apinco) quase 500 mil t de carne de frangos a menos do que a produção prevista com base nas vendas de matrizes de corte. Ou, em termos percentuais, menos 25% do que o antes estimado, desaceleração que já fora de 24% em 1981. A disponibilidade *per capita* do produto passou para 10,4 quilogramas anuais, ou seja, 0,6 quilos a mais do que o registrado no ano anterior. Ao mesmo tempo, permaneceu inalterada em 16,7 kg *per capita*/ano a disponibilidade de carne bovina, enquanto caía em 3,1% a oferta *per capita* de carne suína.

Não resta dúvida, a partir deste quadro, de que o consumidor foi o grande beneficiado com este aumento da oferta da carne avícola no mercado interno, a despeito de o ano ter-se caracterizado por uma queda do poder aquisitivo da população. Assim sendo, conquanto o salário mínimo médio mensal tenha podido adquirir 80 kg de frango durante o ano passado (16,6% a mais do que em 1981), a fraca comercialização da carne de aves, aliada à sua oferta crescente, não deixou outra saída aos criadores do que manter sob pressão o preço do seu produto, afetan-

QUADRO 1

SÃO PAULO – Preços Mensais do Frango Vivo, Abatido e ao Consumidor
1981 e 1982 – Cr$/kg

Mês	1981					1982				
	Vivo (V)	Abatido (A)	Consumidor (C)	A/V	C/A	Vivo (V)	Abatido (A)	Consumidor (C)	A/V	C/A
Jan	61,15	103,50	113,64	1,69	1,10	87,50	153,50	171,18	1,75	1,12
Fev	59,05	100,00	109,89	1,69	1,10	98,00	171,50	186,22	1,75	1,09
Mar	58,25	98,00	108,78	1,68	1,11	99,50	174,00	189,19	1,75	1,09
Abr	57,70	97,20	107,41	1,69	1,11	90,75	166,00	181,59	1,83	1,09
Mai	56,75	97,25	107,75	1,71	1,11	89,50	166,00	175,61	1,86	1,06
Jun	59,50	103,00	114,33	1,73	1,11	95,50	174,20	176,47	1,82	1,03
Jul	65,75	113,25	122,63	1,72	1,08	107,50	192,00	192,38	1,79	1,00
Ago	73,25	126,00	136,42	1,72	1,08	116,75	206,75	200,55	1,77	0,97
Set	74,50	128,00	132,93	1,72	1,04	119,00	212,00	227,25	1,78	1,07
Out	75,50	129,00	128,76	1,71	1,00	116,00	206,25	223,94	1,78	1,09
Nov	73,50	125,00	134,02	1,70	1,07	135,30	245,20	241,01	1,81	0,98
Dez	79,70	138,40	149,22	1,74	1,08	158,50	294,25	285,96	1,86	0,97

FONTE: AVESP – Assoc. Abatedouros Avícolas de São Paulo.

do, inclusive, a margem de comercialização do varejista, conforme demonstram os dados contidos no Quadro 1. Observe-se que a pressão exercida pelo frango congelado proveniente de outros estados, sobre os abatedouros paulistas, levou a que, em diversos meses, o preço ao consumidor fosse inferior ao preço oficial do mercado atacadista (situação que, normalmente, força os abatedouros a aplicarem um deságio de cerca de 20% no preço do frango resfriado).

Registre-se, no entanto, que, embora a economia do país tenha apresentado um ritmo recessivo durante o ano passado, a lucratividade do setor avícola (medida no nível do preço relativo frango/ração) manteve-se praticamente inalterada, em comparação com o indicador médio do ano de 1981. Isto porque, conforme atestam os dados do Gráfico 1, as variações reais do preço da ração, tanto em 1982 quanto em 1981, tenderam a seguir trajetória semelhante à dos preços da ave viva, ao contrário do que se observara em 1980, por exemplo, quando o descompasso entre os preços da ave e os daquele insumo asfixiou a lucratividade dos criadores. Não resta a menor dúvida de que a safra recorde de milho 1981/82 teve papel fundamental para o traçado recente deste quadro, visto ser o setor de rações responsável por cerca de 45% do consumo brasileiro deste grão. Assim, a retração deste setor industrial em 1982 (que, estima-se, tenha sido de mais de 10%), aliada à oferta recorde do cereal da safra 1981/82, refletiu-se na queda dos preços reais da ração durante 1982, situação agravada pela decisão de parte dos criadores de aumentarem a utilização do *premix* (procedendo, eles próprios, à confecção das rações) para a engorda dos animais.

Ao concluir o ano de 1982 com uma produção de carne de frangos da ordem de 1,507 milhão de t, o setor avícola parece ter feito uma pausa para avaliar seu desempenho registrado nos

QUADRO 2

BRASIL — Produção de Carne de Aves, Exportação de Frangos Congelados e Oferta Interna — 1975 a 1983 — em t

Ano	Produção	Exportação	Oferta Interna
1975	519.000	3.469	515.531
1976	604.000	19.636	584.364
1977	698.000	32.829	665.171
1978	858.000	50.805	807.195
1979	1.096.000	81.096	1.014.904
1980	1.370.000	168.173	1.201.287
1981	1.490.000	293.933	1.196.067
1982	1.603.000	295.500	1.307.500
1983*	1.664.000	300.000	1.364.000

FONTE: APINCO e ABEF.
* Previsão.

anos recentes, repensando sua linha de atuação no complexo carne dentro de uma mentalidade menos imediatista e mais amadurecida. Ficou evidente que a pulverização das unidades produtoras, ao agir, muitas vezes, contrariamente à obtenção de uma boa performance econômico-financeira, acabou por levar ao alijamento definitivo de várias pequenas empresas avícolas do processo produtivo. Nada mais natural em época de escalada vertiginosa dos custos financeiros na economia, simultaneamente a um solapamento gradual do poder de compra dos consumidores, em termos gerais.

Desta forma, o setor avícola conscientizou-se de que não mais pode ser regido por ventos expansionistas, que não levem em consideração a evolução tanto da oferta das outras carnes, quanto do consumo e do mercado externo. Não foi por outra razão que a produção de pintos de corte, no primeiro bimestre deste ano, apresentou uma que-

QUADRO 3

CEE — Subsídios à Exportação de Carne de Aves — Posições em 01/08/82 e 01/11/82
(ECU/100 kg)*

Produto	Em 01/08/82 (A)	Em 01/11/82 (B)	B/A
Aves Inteiras			
Galinhas e frangos	19,00	20,50	1,08
Patos	19,00	20,50	1,08
Perus	14,00	15,00	1,07
Cortes (c/osso)			
Metades ou 1/4			
de galinhas e frangos	21,00	22,00	1,05
de patos	nd	nd	nd
de perus	16,00	16,00	1,00
Asas Inteiras	15,00	15,00	1,00
Peitos e cortes de peitos			
de perus	22,00	24,00	1,09
de outras aves	28,00	28,00	1,00
Coxas e cortes de coxas de perus			
pernas e cortes de pernas	11,00	12,00	1,09
outras	19,00	21,00	1,11
de outras aves	26,00	26,00	1,00

FONTE: USDA.
*1 ECU = US$ 0,922 em 25/11/82.

da acumulada da ordem de mais de 12% em relação ao total produzido em dezembro de 1982.

O aumento de apenas 4,4% na produção de pintos em 1982 foi especialmente providencial, pois, no ano passado, deu-se o acirramento da disputa entre os exportadores de frango congelado pela manutenção de seus mercados. Segundo a Associação Brasileira de Exportadores de Frangos, as exportações do país não ultrapassaram 295,5 mil t (apenas 0,5% acima da quantidade vendida em 1981) ficando, portanto, quase 30% abaixo da meta inicial de 420 mil t. No entanto, este resultado não pode ser considerado mau, levando-se em conta a situação internacional no ano que passou, com os países importadores do Oriente Médio dispondo de menos petrodólares, e a França fazendo maior pressão sobre os mercados compradores (em 1982, os franceses venderam 22% a mais do produto do que em 1981).

A despeito de seu baixo crescimento anual, em 1982, as exportações brasileiras continuaram a absorver uma parcela próxima de 20% da oferta total de carne de aves, conforme consta do Quadro 2.

Para o ano de 1983, divergem as perspectivas quanto ao crescimento da produção brasileira de carne de aves, pois, enquanto certos órgãos apostam na repetição dos 7,7% registrados no ano passado, o USDA crê que este crescimento venha a ser de apenas 3,8%. Caso prevaleça a segunda hipótese, o país estará em vias de obter uma produção de carnes de 5,04 milhões de t, divididas em 48% de carne bovina, 33% de avícola e 19% de suína. Supondo-se que as vendas ao exterior de carne bovina se situem em 500 mil t, e que as exportações de frangos congelados alcancem 300 mil t, a disponibilidade para consumo interno das três carnes ficará em torno de 4,2 milhões de t.

Esta diminuição de 2,5% em relação à oferta interna destes alimentos, em 1982, poderá ser amenizada, caso o setor avícola não consiga alcançar sua meta de vendas externas. Afinal de contas, os EUA parecem firmemente determinados a brigar pela sua parcela do mercado externo de carne de aves, via concessão de subsídios.

A este respeito, em 1982, as exportações norte-americanas de carne de aves foram 30% inferiores às de 1981. Além do mais, trata-se de um país que conta com uma imensa dis-

QUADRO 4

BRASIL: Exportação de Frangos Congelados: Efeitos da Alteração da Resolução 674, em 21/02/83

1. Divisas obtidas com exportações de frangos em 1982: US$ 280,657 milhões FOB
2. Incentivo originalmente fornecido pela Resolução 674: 40%, ou seja, US$ 112,262 milhões, o equivalente a Cr$ 32,939 bilhões (US$ 1 = Cr$ 293,41)
3. Maxidesvalorização em 18/02/83: US$ 1 = Cr$ 381,44
4. US$ 280,657 milhões x Cr$ 381,44 = Cr$ 107,053 bilhões
5. Resolução 674, originalmente 40%: Cr$ 42,821 bilhões
6. Alteração da resolução 674, para 22%: Cr$ 23,551 bilhões

6-5. Cr$ 19,270 bilhões a menos

FONTE: Associação Brasileira de Exportações de Frangos.

ponibilidade de milho para o arraçoamento animal, o que leva a crer que a ave de origem norte-americana venha a ser oferecida a preços muito competitivos no mercado internacional. Ressalte-se, todavia, que, atualmente, a sobreposição dos produtos brasileiro e norte-americano em países compradores de carne avícola está restrita a dois ou três países do Oriente Médio, uma vez que grande parte das vendas de carne de frango dos EUA é direcionada a países asiáticos.

Paralelamente, a França poderá continuar a exercer considerável pressão naqueles mercados dependendo, apenas, das decisões tomadas pelo governo daquele país de diminuir os subsídios às vendas externas de frangos*. De fato, caso a França venha a manter o projeto de vender ao exterior, este ano, 32% de sua produção de 1,39 milhão de t de carne de aves, os gastos com subsídios (ver Quadro 3) assumirão cifras consideráveis.

Além do mais, a diminuição da faixa de atendimento da Resolução 674 de 40% para 22%, imposta aos exportadores brasileiros de frangos congelados em março deste ano, anulou grande parte dos benefícios advindos da maxidesvalorização do cruzeiro frente ao dólar, conforme demonstram os dados do Quadro 4.

* Estes subsídios são vitais para a avicultura européia, na medida em que os custos de produção das aves na CEE são ampliados pelos "preços de suporte" dos cereais (atualmente 60% superiores aos preços internacionais).

Desta forma, o resultado do balanço avícola ao final deste ano estará a depender da capacidade do avicultor e do exportador de aves brasileiros de ampliarem seu mercado consumidor, tanto interna quanto externamente. Tarefa nada fácil, em se tratando de época de recessão econômica, particularmente agravada pelo renascimento da questão concernente à taxação do ICM sobre o frango no mercado doméstico e pelo espectro da possibilidade de virem a ocorrer exportações de milho este ano, conforme parece indicar a recente redução de 75% na alíquota do Imposto de Exportação deste cereal.

CACAU

Um mercado dominado pela incerteza

O mercado externo do cacau tem-se caracterizado, nos últimos seis a oito meses, por apresentar cotações mais voláteis do que o normal. Sem dúvida, a tendência mestra dos preços tem sido de elevação, muito embora tenham sido poucas as semanas em que as cotações conseguiram manter, ininterruptamente, um movimento de alta. Muito mais comuns foram as vezes em que a subida de preços foi interrompida, após três ou quatro dias, por uma forte pressão vendedora, que arrastava os preços até níveis novamente atrativos à opção de compra. De um modo geral, as médias mensais das cotações futuras da Bolsa de Nova Iorque atingiram, em fevereiro último, os valores mais altos desde março de 1982. Naquele mês, a cotação para entrega em maio, na Bolsa, oscilou entre o mínimo de US$ 1.736,00/t e o máximo de US$ . . . . . 1.928,00/t, ou seja, menos 124 dólares e mais 68 dólares do que a média do mês.

Dois fatores explicam, fundamentalmente, o maior grau de oscilação dos preços. Primeiramente, a partir de meados do segundo semestre de 1982, o mercado foi dominado por grande incerteza acerca do resultado final da safra 1982/83. Em segundo lugar, aumentou muito a participação de especuladores nos negócios futuros de cacau. Em dado momento, no mês de fevereiro, a soma dos contratos em aberto de Londres e de Nova Iorque atingiu mais de 50 mil contratos, o que equivale a pouco mais de 500 mil t de amêndoas de cacau.

Na verdade, os dois fatores apontados não são independentes. O aumento da participação de recursos especulativos foi provocado, entre outras razões, justamente pela maior incerteza quanto ao rumo futuro das cotações. Ainda assim, o afluxo de especuladores merece registro, porque interfere senão no próprio processo de formação de preços, ao menos na duração dos surtos de alta ou de baixa.

O especulador típico não é um indivíduo envolvido, diretamente, com os negócios de cacau, ou seja, não é

um exportador, nem um produtor etc. . . O lucro que espera obter é puramente financeiro e pouco lhe importa o lado real do mercado, a não ser como uma indicação das tendências futuras dos preços. A participação maior dos especuladores tende a aumentar a sensibilidade das cotações às notícias novas do mercado. Por exemplo, a informação de que a colheita do ano seguinte poderá ser prejudicada por qualquer fenômeno provocará uma reação de preços maior, se o mercado registra uma participação importante de capitais especulativos. De outro lado, a presença significativa de especuladores tende a encurtar a duração dos movimentos continuados de alta ou de baixa. Isto porque a atuação do especulador típico costuma ser ágil, tanto em operações de limitação de prejuízo, quanto de realização de lucro. Nestas operações, o especulador inverte sua posição de mercado (compra, se havia vendido anteriormente ou vende, se havia comprado) logo que o lucro financeiro obtido se mostra satisfatório, ou quando o comportamento dos preços contraria sua expectativa inicial. Este padrão de comportamento provavelmente foi responsável, ao menos em parte, pelas abruptas interrupções das tendências de curto prazo do mercado de cacau, nos últimos meses. Não deve ficar a impressão, entretanto, que a participação de capital especulativo é prejudicial ao desenvolvimento do mercado. Ao contrário, o uso desses recursos é essencial para propiciar a liquidez adequada ao mercado de papéis que, por sua vez, contribui para a estabilidade das operações do mercado físico.

O segundo fator apontado constituiu-se, de fato, na razão fundamental das oscilações verificadas nos últimos meses. A partir de meados do segundo semestre de 1982, acumularam-se dúvidas quanto ao desenvolvimento da safra internacional de 1982/83 e um grau elevado de incerteza acerca do comportamento futuro das cotações dominou, por completo, o mercado de cacau. Primeiro, surgiram informes pouco alentadores sobre o andamento da safra africana; logo depois, um prolongado período de seca atingiu a região pro-

QUADRO 1

CACAU: Evolução das Previsões Globais de Gill and Duffus para a Estação 1982/83 — Em 1.000 t

	Previsões Divulgadas em			
	Novembro	Janeiro	Março	Maio
Estoque Inicial	672	683	665	674
Produção Mundial Líquida	1.610	1.524	1.539	1.542
Moagem	1.597	1.602	1.593	1.602
Produção Líquida — Moagem	+13	−78	−54	−60
Estoque Final	685	605	611	614
Relação Estoque Final/Moagem	43%	38%	38%	38%

FONTE: Cocoa Market Report.

dutora baiana, trazendo sérias ameaças ao resultado final do temporão de 1983. Ao mesmo tempo, as condições climáticas da África Ocidental pioravam e inundações punham em risco a colheita do Equador. A situação era ainda mais grave, porque alguns dos principais produtores mundiais enfrentavam uma crise político-econômica sem precedentes. A situação política de Gana, que já era crítica, agravou-se ainda mais com o retorno ao país de milhares de ganenses expulsos da Nigéria. Contrapondo-se às notícias de quebra de safra, pairava a certeza de que os estoques internacionais, acumulados nos últimos cinco anos de produção superavitária, compensariam os prejuízos que se verificavam no desenvolvimento da safra 1982/83, arrefecendo a potencialidade da tendência altista que se esboçava.

Uma outra fonte de incertezas, atuando, desta feita, pelo lado da demanda, foi gerada pela previsão de um primeiro movimento de recuperação econômica das nações ocidentais desenvolvidas, responsáveis pela maior parte do consumo mundial de cacau. Haveria mesmo esta recuperação, tantas vezes anunciada e, posteriormente, desmentida pelo agravamento da crise econômica? Qual seu ritmo provável? Questão ainda mais complicada: qual seria o feito líquido da possível recuperação, sobre a demanda internacional do cacau?

De fato, uma palavra estava, como nunca esteve, presente na cabeça de todos os interessados pelos negócios de cacau: *incerteza*. Os Quadros 1, 2 e 3, ilustram a questão. Neles estão listadas estimativas de algumas das mais conceituadas fontes internacionais. Estes números indicam que o grau de incerteza que dominou o mercado interferiu, também, nas previsões de diversas equipes de análise.

No Quadro 1 aparecem as quatro últimas estimativas globais de oferta e de demanda da corretora londrina *Gill and Duffus*. A defasagem entre cada uma delas é de dois meses e, sem dúvida, as alterações processadas não são desprezíveis. A avaliação de novembro do estoque final de 1981/82, realizada, portanto, depois do encerramento da estação, difere significativamente das demais. A primeira avaliação do saldo entre produção e moagens de 1982/83 aponta um pequeno superávit de produção de 13 mil t, o que elevaria o estoque final da estação para 685 mil t. A última estimativa do saldo de 1982/83 aponta um déficit de 60 mil t que, aliás, chegou a ser calculado em 78 mil t, em janeiro

QUADRO 2

CACAU: Quadro Comparativo entre as Diversas Previsões de Produção, Moagem e Estoques Mundiais para 1982/83, Divulgadas em Março de 1983 – (em mil t)

	Gill and Duffus	Drexel	USDA	ICCO	Drake and Carrey
Estoque inicial	685	676	–	696	–
Produção líquida	1.539	1.554	1.547	1.574	1.520
Moagens	1.593	1.607	1.610	1.636	1.604
Estoque final	611	623	–	634	–
Produção líquida - moagem	–54	–53	63	–62	84

de 1983. Da mesma forma, a primeira estimativa de moagens (1,597 milhão de t), aumenta para 1,602 milhão de t na previsão seguinte; a seguir, é reduzida para 1,593 milhão de t e, dois meses depois, volta ao mesmo nível previsto quatro meses antes.

No Quadro 2, onde aparecem as avaliações globais de diversas fontes internacionais, todas divulgadas em março de 1983, as divergências não são menores. As estimativas do estoque final de 1981/82, realizadas cinco meses após o encerramento da estação, apresentam uma discrepância de 30 mil t. Maior ainda é a diferença entre as estimativas da produção líquida (54 mil t) e entre as previsões de moagem (43 mil t). No Quadro 3, as discordâncias entre as estimativas de safra dos principais países produtores também chamam a atenção. A colheita brasileira de 1982/83, segundo as fontes citadas, variará entre um mínimo de 285 mil t e um máximo de 312 mil t; a da Costa do Marfim está prevista entre 370 mil t e 425 mil t. Portanto, somente estes dois países, considerando os extremos das avaliações listadas, seriam responsáveis por um intervalo de previsão global de 82 mil t.

É evidente que as várias instituições que elaboram estimativas numéricas de produção e de consumo, por mais que procurem apurar a qualidade dos dados estatísticos divulgados, são sensíveis a seus interesses particulares quanto à evolução dos preços. É difícil, porém, que esta seja a razão fundamental das discrepâncias evidenciadas nos Quadros acima. Os números neles contidos evidenciam, principalmente, o alto grau de incerteza que se apoderou do mercado de cacau, nos últimos meses.

Muitas são as direções pelas quais o mercado poderá enveredar nos próximos meses. Sabe-se, apenas, que a estação 1982/83, após cinco anos consecutivos de produção superavitária, registrará um consumo total maior do que a produção líquida do período. É muito pouco, frente à dimensão das outras dúvidas presentes, a começar pelo próprio tamanho do déficit provável. Além disso, não é claro, ainda, o papel que a ICCO desempenhará neste contexto e a taxa de crescimento do consumo depende de fatores muito nebulosos, até o momento.

Do ponto de vista do Brasil, a

QUADRO 3

CACAU: Quadro Comparativo entre as Últimas Estimativas de Produção de Diversas Fontes por Países Selecionados (em 1.000 t)

	1982/83						1981/82					
	Gill and Duffus		ICCO	Drexel	USDA	Incremento Commodities	Gill and Duffus		ICCO	Drexel	USDA	Incremento Commodities
	Mai	Mar					Mai	Mar				
Brasil	312	295	300	290	285	295	314	314	310	315	315	312
Costa do Marfim	380	385	395	395	370	425	457	456	448	455	456	456
Gana	183	183	190	195	190	180	225	225	225	225	225	225
Camarões	112	118	120	115	120	120	122	122	119	120	120	120
Nigéria	162	169	170	165	165	170	181	181	182	180	181	181
TOTAL	1.558	1.555	1.590	1.570	1.563	1.630	1.728	1.712	1.697	1.700	1.723	1.702

conjuntura de hoje, embora conturbada, reserva, com toda a certeza, perspectivas muito mais favoráveis do que nos últimos anos. Pela primeira vez, nesta década, é possível afirmar que o desempenho provável das exportações brasileiras de cacau é melhor do que o do ano anterior.

Os resultados obtidos, até agora, no entanto, não são excepcionais. Durante os primeiros três meses do ano, segundo informações da Cacex, foram vendidas ao exterior 61 mil t de amêndoas e derivados (+83% do que no primeiro trimestre de 1982) as quais renderam ao país US$ 94 milhões, contra US$ 69 milhões arrecadados, na mesma época, no ano passado (ver Quadro 4).

O aumento da quantidade, aparentemente expressivo, não revela um avanço importante, pois as vendas do primeiro trimestre de 1982 foram prejudicadas pela pequena disponibilidade da época. A safra principal que, normalmente, supre boa parte dos embarques do início do ano, em 1981/82 sofreu forte redução, por força de problemas climáticos diversos. O volume de vendas do primeiro trimestre de 1983 é, na verdade, bastante semelhante à média do período em anos anteriores. A quebra da safra principal de 1981/82 explica, também, a participação aparentemente elevada das exportações de derivados durante os primeiros três meses de 1982.

A despeito da melhora das cotações externas, o preço médio obtido entre janeiro e março de 1983 é ainda inferior ao do ano passado. A este respeito, cabe lembrar que o violento processo baixista que vigorou em 1982 fez com que as cotações do chamado "fundo do poço" (segundo semestre de 1982) se situassem muito abaixo das cotações vigentes no início do ano. Na verdade, a recuperação dos preços externos do cacau, iniciada há seis meses, somente a partir de

QUADRO 4

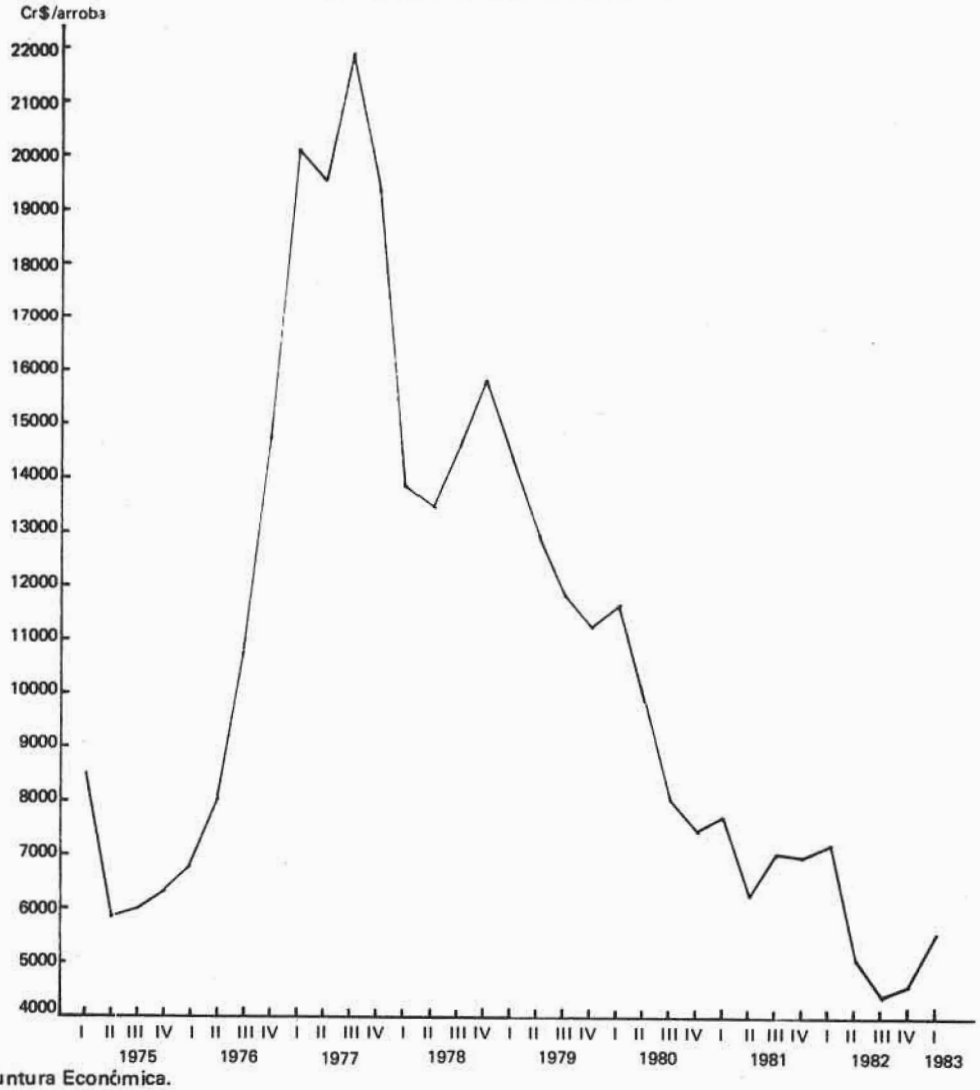
BRASIL — Exportações de Cacau e Derivados — 1983 e 1982
(Valores Acumulados no Período janeiro a março)

	1983			1982		
	Quantidade (t)	Valor US$ mil	Preço Médio US$/t	Quantidade (t)	Valor US$ mil	Preço Médio US$/t
Amêndoas	27.632	44.097	1.595,87	9.006	18.027	2.001,67
Manteiga	7.298	26.388	3.615,79	5.350	25.757	4.814,39
Liquor	11.235	21.991	1.957,37	8.108	21.710	2.677,60
Em massa	5.098	2.110	413,89	6.264	3.474	554,60
Total dos derivados[1]	33.444	50.489	1.509,66	24.357	50.941	2.091,43
TOTAL GERAL[1]	61.076	94.586	1.548,66	33.363	68.968	2.067,20

FONTE: Cacex.
[1] Quantidade calculada em equivalente amêndoas.

GRÁFICO 1

CACAU -- Média Trimestral dos Preços Recebidos pelos Produtores Bahianos — Cr$/arroba — Valores Corrigidos para Abril/83 pelo IGP, Col. 2



FONTE: CEA/FGC e Conjuntura Econômica.

março último foi capaz de compensar as perdas acumuladas durante a fase crítica de baixas. Além disso, a sistemática de vendas do cacau brasileiro termina por fixar o preço de venda ao exterior com três a seis meses de antecedência. Portanto, a melhora das cotações externas resultará em maiores preços médios de exportação somente a partir de abril ou maio, cujas estatísticas não estão, ainda, disponíveis.

Provavelmente, o resultado final das exportações de cacau em 1983 apresentará alguma melhora em comparação com o ano anterior. A safra temporã, que esteve seriamente ameaçada pela seca dos últimos meses de 1982, recuperou-se surpreendentemente. Na época, previa-se que a colheita do temporão não ultrapassaria a casa das 2,2 milhões de sacas de 60 kg, contra 3,17 milhões de sacas obtidas no ano anterior. Porém, o clima tornou-se bastante propício à cultura a partir de janeiro/fevereiro e, hoje, estima-se que o temporão renderá entre 2,6 e 2,8 milhões de sacas. Na verdade, a seca do final de 1982 provocou a perda de, aproximadamente, 500 mil sacas e atrasou o início da colheita, o que, em grande medida, explica as cotações elevadas hoje praticadas na Bahia (cerca de Cr$ 12.000,00 por arroba, que podem ser comparadas com os dados do Gráfico 1). A safra principal, cuja colheita se iniciará em outubro vindouro, não conta ainda com estimativas numéricas. Contudo, fontes locais informam que as condições climáticas são, até agora, francamente favoráveis a um bom resultado.

É provável, portanto, que, durante 1983, as exportações brasileiras não venham a sofrer restrições decorrentes da disponibilidade interna. O resultado final do ano, em termos de receita cambial, dependerá, primordialmente, da evolução das cotações externas. A primeira previsão de receita divulgada pela Cacex, estabelecia a meta de US$ 500 a US$ 550 milhões. Posteriormente, esta previsão foi alterada e, hoje, as autoridades esperam arrecadar US$ 600 milhões com as vendas externas de cacau, em 1983.

Esta meta é factível, pois é provável que, em 1983 e, mesmo em 1984, o mercado de cacau reserve dias melhores aos países exportadores. Contudo, é preciso cautela. Em razão da recuperação dos preços internacionais e dos problemas vários que afetam a cultura nos países africanos, alguns analistas já sugeriram que o cultivo de cacau seja estimulado no Brasil, de forma a ocupar os espaços que estão sendo cedidos pelos africanos. É bom repetir: é preciso cautela. A crise enfrentada por alguns produtores da África Ocidental, provavelmente abrirá novos espaços no mercado externo de cacau. É preciso lembrar, contudo, que a recuperação da cacauicultura africana, assim como o impulso pretendido no Brasil, depende, principalmente, de fatores políticos, ao menos na fase inicial. Além disso, a crise econômica que o Brasil atravessa, cuja superação exige muito mais do que, apenas, o crescimento da receita de exportações, parece indicar outras prioridades. As lições da fase recente do Procacau não podem ser esquecidas tão rapidamente.

CAFÉ

Boas perspectivas para a receita cambial

No início do ano, as autoridades federais ligadas à cafeicultura estabeleceram a meta de exportação de café para 1983 em 17 a 17,5 milhões de sacas de 60 quilogramas, as quais, segundo prevêem, renderão ao país entre US$ 2 bilhões e US$ 2,2 bilhões. Até agora, transcorridos os primeiros quatro meses, os resultados obtidos são satisfatórios. Há, inclusive, analistas que acreditam na superação da estimativa de receita. Contudo, o IBC ainda mantém sua previsão inicial. No período entre janeiro e abril foram vendidas 5,6 milhões de sacas e arrecadados US$ 746,8 milhões. A quantidade exportada é levemente inferior à do primeiro quadrimestre de 1982 (5,7 milhões) e a receita cambial deste ano aumentou em aproximadamente 10% (ver Quadro 1).

A boa performance, mais uma vez, deve ser creditada, fundamentalmente, a dois fatores: no que tange ao comportamento das cotações externas,

o Acordo Internacional do Café continua a desempenhar papel preponderante; em relação ao *quantum* exportado pelo Brasil, é preciso assinalar que o maior dinamismo, conseguido de alguns anos para cá, decorre, em grande medida, da política de comercialização externa de café, que se consubstancia na assinatura de contratos de fornecimento, negociados anualmente pelo IBC com os importadores do produto. Nesta estrutura de comercialização, destaca-se a flexibilidade que advém do sistema de determinação do preço final do café brasileiro.

Os resultados favoráveis obtidos nos primeiros meses do ano ainda não asseguram, é claro, o cumprimento das metas oficiais. Indicam, contudo, que sua consecução é possível. Analisando a questão pelo ângulo apenas aritmético, o limite inferior da meta relativa à quantidade será atingido, se o país conseguir exportar 11,4 milhões de sacas durante o período entre maio e dezembro de 1983. Isto equivale a aumentar a média mensal das vendas, das atuais 1,407 milhão de sacas para 1,421 milhão de sacas/mês (+1%). Este pequeno aumento não é tão fácil de ser conseguido como à primeira vista parece, pois terá de se realizar, basicamente, através do crescimento das vendas para países não-signatários do Acordo Internacional. Vale dizer: para que o país exporte 17 milhões de sacas, em 1983, será preciso cumprir integralmente sua quota junto à OIC e, além disso, exportar 1,3 milhão de sacas para o mercado constituído pelos países não-signatários do Acordo, os não-membros. No período de janeiro a abril de 1983, a média mensal das exportações brasileiras para estes países foi de 84 mil sacas; será preciso elevá-la, durante o período entre maio e dezembro de 1983, para 124 mil sacas (+48%). Considerando, no entanto, os resultados de anos anteriores, esta meta é perfeitamente viável. No ano passado, o Brasil exportou para os não-membros 1,7 milhão de sacas e, em 1981, 2,5 milhões de sacas. Contudo, o Brasil e outros países produtores estão empenhados, atualmente, em um esforço diplomático que objetiva aumentar o controle da OIC sobre as transações do mercado de países não-membros. Este envolvimento poderá trazer algum constrangimento à necessária agressividade das vendas brasileiras para estes países.

Com relação à estimativa da receita cambial (US$ 2 bilhões a US$

QUADRO 1

BRASIL — Exportações de Café para Países-Membros e Não-Membros da OIC — Janeiro a Abril de 1982 e de 1983

	1982			1983		
	Quantidade sc de 60 kg	Valor (US$ mil)	Preço Médio US$/sc	Quantidade sc de 60 kg	Valor (US$ mil)	Preço Médio US$/sc
Membros	5.307.819	639.335	120,45	5.292.484	711.254	134,39
Não-membros	365.118	42.949	117,63	335.586	35.526	105,86
Total	5.672.937	682.284	120,27	5.628.070	746.780	132,69

FONTE: IBC.

2,2 bilhões), vendo-se apenas o aspecto numérico da questão, a meta parece mais fácil de ser atingida. Nos primeiros quatro meses do ano, o preço médio das exportações totais de café situou-se em US$ 132,69/saca. Supondo-se que o país exporte, de fato, as 17 milhões de sacas pretendidas e que o preço médio do período de maio a dezembro de 1983 seja idêntico ao do primeiro quadrimestre, a receita cambial superará o limite superior da previsão governamental, situando-se em US$ 2,256 bilhões. Na hipótese do mercado ceder alguns pontos, o limite inferior da previsão (US$ 2 bilhões) estará assegurado, se o preço médio situar-se, no mínimo, em US$ 117,65/saca.

Na realidade, porém, são diversos os fatores que, até o final do ano, poderão facilitar ou dificultar a consecução das metas de exportação de café. No plano macroeconômico, as dificuldades cambiais dos países do Terceiro Mundo, muitos deles exportadores de café, estão longe de serem resolvidas. Por outro lado, esboça-se uma reação das economias ocidentais desenvolvidas, o que, teoricamente, poderia gerar um aumento da demanda internacional de café. No entanto, a evolução dos níveis de consumo nos principais países importadores, nos últimos quinze a vinte anos, não aconselha otimismo. Ressalte-se, ainda, que a recuperação econômica citada, apenas se inicia e não é certo, sequer, que persista.

Dados do USDA demonstram que o consumo *per capita* norte-americano de café, durante o inverno, declinou 40% entre 1962 e 1982. Há vinte e um anos, o consumo era de 3,12 xícaras por pessoa/dia, durante os meses de inverno. Desde então, o consumo *per capita* declinou continuadamente. Em 1981, era de 1,92 xícaras por pessoa/dia e no ano passado caiu para 1,9 xícaras. Na Europa Ocidental, o segundo maior bloco importador, o consumo vinha aumentando regularmente nas duas últimas décadas, compensando parte das perdas ocorridas nos EUA. No entanto, estudo recente do Banco Mundial afirma que o crescimento do consumo na Alemanha e no Reino Unido está diminuindo. O referido estudo alerta, inclusive, para a possibilidade de queda do consumo *per capita* nesses países, durante os próximos anos.

Dois outros fatores, de influência mais imediata, certamente contribuirão para definir o rumo do mercado externo do café, nos próximos meses: a possibilidade de ocorrência de geadas no Brasil e as negociações, no nível da OIC, para conter a expansão do comércio ilegal de café.

O primeiro fator poderia alçar as cotações internacionais a níveis incalculáveis. No entanto, a ocorrência ou não de geadas está, ao ver da análise econômica, restrita ao campo do imponderável, não cabendo aqui alongar esta discussão. Apenas a título de registro, em 1983, a sensibilidade das cotações internacionais aos informes sobre aproximação de massas frias nas regiões produtoras do Brasil deverá ser maior do que normalmente. Isto porque, segundo prevêem especialistas, o inverno de 1983 deverá reunir condições propícias à ocorrência de geadas.

Também a questão do comércio ilegal do café há muito preocupa as autoridades dos países produtores. No início do ano, por iniciativa brasileira, um grupo de países exportadores resolveu enfrentar, diplomaticamente, a questão. Considerando os interesses envolvidos, o grupo demonstrou, até o momento, surpreendente capacidade de articulação política.

Como se sabe, as vendas ilegais de café que, nas estatísticas oficiais, escondem-se sob a rubrica de "exportação para não-membros", vêm crescendo a taxas elevadíssimas (ver Quadro 2). Em 1978, o mercado de não-membros transacionou 5,3 milhões de sacas; daí em diante, as vendas cresceram em cerca de 1 milhão de sacas por ano, situando-se em 9 milhões de sacas, no ano passado. Enquanto isso, as exportações reguladas pelo Acordo Internacional permaneceram praticamente estagnadas. Como explicar a disparidade entre o crescimento desses dois mercados? Os observadores são unânimes em afirmar que uma parcela dos embarques realizados oficialmente para os países não-membros acaba sendo comercializada nos países signatários do pacto.

O comércio ilegal, que representa a quase totalidade dos acréscimos

das transações do mercado de não-membros, traz ameaças seríssimas à vigência do Acordo Internacional e, portanto, é contrário aos *interesses globais* dos países filiados. No entanto, este comércio floresce, é claro, somente porque atende aos *interesses individuais* destes mesmos países. O país comprador tem, na transação, uma vantagem óbvia: realiza importações de café a um preço que equivale a pouco mais da metade da cotação oficial. Os países produtores, por sua vez, vêem, neste negócio, atrativos irresistíveis, a despeito do reduzido preço que obtém.

Na verdade, o Acordo Internacional do Café gerou dois mercados de um mesmo produto, com preços diferentes. No primeiro, as cotações são determinadas, em grande medida, nas reuniões da OIC, quando são estabelecidos preços de intervenção, quotas global e individual etc. . . Estes mecanismos têm propiciado relativa imunidade às cotações do café transacionado neste mercado aos efeitos baixistas decorrentes da atual crise econômica. No segundo mercado (não-membros) as cotações flutuam livremente. No processo de formação dos preços deste mercado interferem fatores diversos como, por exemplo, a demanda por divisas dos países produtores, a relação quota/produção obtida, o custo da estocagem, a impunidade da transação e o diferencial entre os preços dos dois mercados etc. . . Em razão dos preços muito menores, os países importadores não-hegemônicos cada vez têm menos interesse em participar da OIC. Os países produtores, embora desejem preservar o Acordo, desejam também manter sua participação (a mais exclusiva possível) no mercado de não-membros.

Num certo sentido, o comércio ilegal é fruto do próprio Acordo In-

QUADRO 2

CAFÉ — Exportações de Alguns Países-Membros da OIC para Países não Filiados à Organização 1978 a 1982 (Em Milhares de Sacas de 60 kg)

	1978	1979	1980	1981	1982
Colômbia	526	678	954	624	902
Costa Rica	113	87	26	329	432
Equador	205	248	166	112	486
Guatemala	6	29	8	240	706
México	25	236	38	62	233
Brasil	1.631	1.746	1.951	2.536	1.732
Indonésia	75	56	185	611	1.497
Costa do Marfim	717	632	693	816	588
Total	5.342	5.740	6.548	8.246	9.047

FONTE: Complete Coffee Coverage.

ternacional do Café. Os mecanismos utilizados pelo AIC permitem controlar, com eficiência aceitável, a evolução da oferta internacional de café. Porém não interferem diretamente sobre a evolução da produção mundial. É claro que, a longo prazo, o acúmulo de estoques incolocáveis no mercado oficial levará cada país a rever a dimensão de seu parque cafeeiro. No curto e médio prazos, porém, os produtores preferem conviver com uma produção superdimensionada em relação à sua quota, a reduzir o parque cafeeiro, ou a romper com o AIC. Esta última hipótese soa como absurda, mas já assombra alguns observadores lúcidos. Do ponto de vista de cada país produtor, só há interesse em permanecer no Acordo enquanto a composição entre os preços médios das exportações para países-membros e para não-membros for suficientemente alta, a ponto de justificar o acúmulo de excedente. Se o preço médio das exportações cair abaixo de determinado nível, restará ao país reduzir sua produção ou romper o Acordo para, então, vender a totalidade da safra a um preço unitário

QUADRO 3

BRASIL — Evolução do Valor Bruto de Liquidação da Cambial de Café
Café Verde Tipo 6 — 1983

Data do Reajuste do Confisco	Preço Mínimo de Registro US$/sc	Confisco Cambial US$/sc	Δ%	Valor Bruto da Cambial US$/sc	Taxa de Câmbio Cr$/US$	Δ%	Valor Bruto da Cambial Cr$/sc	Δ%
05/1	171,60	50,00	–	121,60	251,41	–	30.571,46	–
06/1	–	51,50	3,00	120,10	255,98	1,82	30.743,20	0,56
11/1	–	53,00	2,91	118,60	259,69	1,45	30.799,23	0,18
19/1	–	54,50	2,83	117,10	264,78	1,96	31.005,74	0,67
24/1	–	56,00	2,75	115,60	269,28	1,70	31.128,77	0,39
28/1	–	57,30	2,32	114,30	273,91	1,72	31.307,91	0,57
03/2	–	58,70	2,44	112,90	278,70	1,75	31.465,23	0,50
11/2	–	60,50	3,07	111,10	285,11	2,26	31.675,72	0,66
17/2	–	62,50	3,31	109,10	291,95	2,40	31.851,75	0,55
21/2	–	86,00	37,60	85,60	379,54	30,00	32.488,62	1,99
02/3	–	87,00	1,16	84,60	386,71	1,89	32.715,67	0,69
09/3	–	87,50	0,57	84,10	394,06	1,90	33.140,45	1,29
16/3	–	88,60	1,26	83,00	403,32	2,35	33.475,56	1,01
25/3	–	89,80	1,35	81,80	415,46	3,01	33.984,63	1,52
05/4	–	90,60	0,89	81,00	423,98	2,05	34.342,38	1,05
13/4	–	91,40	0,88	80,20	432,29	1,96	34.669,66	0,95
20/4	–	92,00	0,66	79,60	440,55	1,91	35.067,78	1,14
28/4	–	93,00	1,09	78,60	452,67	2,75	35.579,86	1,46
05/5	–	94,00	1,08	77,60	462,00	2,06	35.851,20	0,76
12/5	–	95,00	1,06	76,60	471,93	2,15	36.149,84	0,83

FONTE: IBC e Conjuntura Econômica.

menor, porém sem os custos da estocagem.

Esta perspectiva não é iminente. Contudo, os estoques internacionais atingirão, em breve, níveis perigosos, a menos, é claro, que problemas climáticos inesperados ocorram. Segundo o USDA, o estoque final da safra 1982/83 será de 40,156 milhões de sacas contra 44,574 milhões estimados para a estação anterior. O pequeno decréscimo (pouco mais de 4 milhões de sacas) deu-se em razão da quebra da produção brasileira do ano passado, que foi prejudicada pelas geadas de 1981. É preciso observar, portanto, que a redução da colheita brasileira de 1982 (algo entre 10 a 15 milhões de sacas) resultou em um decréscimo de apenas 4 milhões de sacas no estoque final do conjunto dos países produtores. A próxima colheita brasileira gerará um excedente de pelo menos 6 milhões de sacas, contribuindo para dilatar ainda mais o estoque mundial da estação 1983/84.

A dimensão da colheita brasileira de 1983 tem sido fonte de preocupação para todos os envolvidos nos negócios do café, principalmente para as autoridades do país, que terão de administrar sua comercialização. O IBC que, no final do ano passado, previa a produção de 1983/84 em 29,4 milhões de sacas, ainda não divulgou os resultados da segunda estimativa. O mercado, porém, acredita que seu resultado superará o da primeira. Algumas fontes do setor privado chegam a afirmar que a produção ficará em torno de 35 milhões de sacas, gerando um excedente de cerca de 11 milhões de sacas. Exageros à parte, parece certo que o país produzirá entre 30 e 33 milhões de sacas este ano e que, em conseqüência, o IBC será levado a comprar uma parcela substancial deste montante.

A questão que deve estar preocupando mais as autoridades governamentais é saber de quanto será esta parcela. A resposta a esta pergunta, é claro, depende primordialmente do novo preço de garantia a vigorar a partir de 1º/7/83, da periodicidade dos reajustes deste preço-suporte e das condições de financiamento de estocagem da próxima safra. Esses elementos constituem a parte central do plano da safra 1983/84, ora em estudo.

Pouco tem vazado, até agora, sobre as decisões do governo a este respeito. Parece, contudo, que a hipótese de corrigir o preço de garantia de dezembro de 1982 pela inflação do período de dezembro a junho ou, muito menos, pela correção cambial do período, está descartada. No outro extremo, a "tese da manutenção da renda do setor", também foi arquivada. Esta tese é defendida, em anos de safra volumosa, por alguns segmentos governamentais e, em anos em que a safra cai significativamente, por algumas lideranças da cafeicultura, algumas das quais, por coincidência, estão hoje empenhadas em derrubar a proposta. Segundo esta tese, a variação da produção, de um ano para o outro, deve ser considerada para efeito de correção do preço de garantia. Assim, o preço de garantia de 1983/84, seria calculado da seguinte maneira: a produção obtida em 1982/83 (16,2 milhões de sacas) é multiplicada pelo preço médio da estação; o resultado, dividido pela previsão de safra para 1983/84 (29,4 milhões de sacas), e está determinado o valor médio do preço de garantia da estação. É claro que o produtor, quando a safra aumentasse, seria fortemente prejudicado. Nos anos de quebra de safra, no entanto, o preço médio garantido sofreria um aumento significativo em comparação com os doze meses anteriores. Justamente porque esta tese atende, em algumas oportunidades, aos interesses de setores do governo e, em outros, aos dos produtores, volta e meia assistimos sua reapresentação. Pena que as partes nunca se disponham a discutir a proposta na totalidade de suas conseqüências. Limitando-se a repetir, às avessas, os argumentos defendidos pelo interlocutor, algumas vezes, poucos meses antes. De qualquer forma, parece provável que, em 1983/84, esta proposta não venha a ser implementada.

Segundo algumas fontes do setor privado, existem, hoje, duas propostas básicas sob a consideração das autoridades. Na primeira hipótese, o IBC corrigiria o preço de garantia de dezembro de 1982 por 50 a 70% da inflação ocorrida durante o período dezembro/junho e, a partir de agosto, reajustaria mensalmente o

preço de garantia conforme a evolução inflacionária. Neste caso, as compras do IBC concentrar-se-iam nos primeiros quatro a seis meses do ano-safra. A menos que a tendência de estabilidade das cotações externas seja interrompida, o produtor brasileiro procurará vender sua colheita o quanto antes, pois a indexação, ainda que mensal, garantirá, apenas, a correção da inflação na remuneração do agricultor. É claro que a situação é diferente, se se consideram os produtores que têm acesso ao crédito subsidiado para estocagem.

Na segunda hipótese em estudo, o preço de garantia de dezembro passado seria corrigido em 70 a 90% da inflação do período dezembro/junho e a periodicidade do reajuste seria trimestral, a partir de outubro de 1983. Se esta proposta for adotada e se a tendência das cotações externas não se alterar, o IBC, possivelmente, comprará uma quantidade ainda maior de café do que na hipótese anterior. Este cenário é, também, menos favorável ao produtor rural, pois contribuirá para agravar o natural afrouxamento das cotações internas, decorrente da entrada no mercado de uma grande safra. Isto porque o cafeicultor que não vender boa parte de sua colheita aos preços do início do ano-safra e não puder esperar a correção do preço de garantia em outubro, terá que aceitar um deságio de preço para vender café que, provavelmente, superará a maior correção do preço de garantia inicial.

A menos que o IBC não conceda reajustes periódicos do preço de garantia, a autarquia terá que adotar uma política mais suave de correção da taxa da contribuição a partir de julho. Do início do ano até a decretação da maxidesvalorização do cruzeiro (meados de fevereiro), o IBC reajustava o confisco a cada correção do câmbio em proporção tal que, praticamente, eliminava os ganhos decorrentes do reajuste monetário. Nesta fase (ver Quadro 3), a taxa de câmbio foi corrigida em 16% e o valor bruto da "cambial do exportador" de café aumentou apenas 4%. Por ocasião da maxidesvalorização, o tratamento do IBC foi, também, bastante rigoroso. Enquanto os demais produtos agrícolas de exportação sofreram a imposição de um tributo extra cuja alíquota máxima era de 20% e que, em vários casos já foi bastante reduzida, o café sofreu um reajuste do confisco que equivaleu a um imposto de exportação de 21,5%.

Depois da máxi, esta prática modificou-se um pouco. O IBC continuou a corrigir o confisco a cada desvalorização do câmbio, porém em uma proporção menor do que anteriormente, permitindo que algum ganho em cruzeiros seja apropriado pelo exportador. Desde então, até 12/5/83, a taxa de câmbio foi desvalorizada em 22% e o valor bruto da "cambial" aumentou em 10,5%. Esta modificação no grau da indexação do confisco tem por objetivo permitir que o valor da cambial evolua mais rapidamente, de forma a comportar, em julho próximo, o novo preço mínimo a ser anunciado. Se o novo preço incorporar uma parte substancial da inflação do período dezembro/junho e passar a sofrer correção idêntica à inflação mensal, como asseguram algumas fontes, o IBC terá que congelar, novamente, o preço de garantia a partir do início do segundo semestre, pois é compromisso formal do governo ajustar a evolução da taxa de câmbio à variação inflacionária.

CANA-DE-AÇÚCAR

Grande produção interna e problemas no mercado externo

A safra 1982/83 de cana-de-açúcar encontra-se praticamente encerrada, tanto na Região Centro-Sul, que terminou sua colheita em fevereiro, como na Região Norte-Nordeste, onde a quantidade de cana que resta a ser processada, ainda nesta safra, é inexpressiva. A safra 1983/84 tem seu início previsto para 1º de junho, muito embora algumas usinas e destilarias, no Centro-Sul, já tenham antecipadamente iniciado a produção.

Os Quadros 1 e 2 permitem comparar os resultados da produção de açúcar e álcool obtidos na safra 1982/83 (posição até 30 de abril) com os da safra anterior, bem como examinar as metas de produção para a futura safra, explicitadas no Plano de Safra do IAA.

No que diz respeito à safra na Região Norte-Nordeste, observa-se o acentuado predomínio dos estados de Pernambuco e Alagoas, com uma participação conjunta de 85% na produção de açúcar e 76% na produção de álcool, na temporada 1982/83.

A estiagem registrada entre os meses de junho e agosto provocou, em algumas regiões produtoras de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, uma antecipação da colheita e mesmo o encerramento prematuro da safra, por falta de matéria-prima. Contudo, a situação, de uma maneira geral, foi atenuada com a ocorrência de precipitação pluviométrica adequada, a partir de setembro. Quando se compara a posição registrada em 30 de abril último, com a produção inicialmente programada no Plano de Safra 1982/83, conclui-se que o resultado pode ser considerado satisfatório, merecendo destaque o forte incremento na produção de álcool, em que o volume de produção, planejado para toda a região, foi ultrapassado em 34%. Este fato pode ser atribuído, entre outros fatores, a um maior interesse dos empresários locais na produção do álcool em relação à de açúcar, obrigando o IAA a reavaliar as metas programadas. As oscilações climáticas, registradas durante a safra 1982/83, poderão ter seus efeitos ainda refletidos sobre a temporada seguinte que, no Nordeste, inicia-se em setembro. Diante disto, as metas do Plano de Safra 1983/84, que prevêem uma elevação em torno de 6% para o açúcar e 21% para o álcool, ficariam comprometidas. Entretanto, o desempenho da futura safra fica na dependência, sobretudo, do comportamento do clima nos próximos meses e dos tratos culturais dispensados ao canavial.

A safra na região Centro-Sul, embora suplantando o resultado alcançado um ano antes, não cumpriu por completo a produção autoriza-

QUADRO 1

BRASIL – Produção de Açúcar - Safras 1981/82 e 1982/83
(Posição em 30/04/1983) e Plano de Safra 1983/84
(toneladas)

Discriminação	Resultado Final 1981/82	Posição em 30/4 1982/83	Plano de Safra 1983/84
Norte-Nordeste	2.789.286	3.242.402	3.423.000
Pernambuco	1.211.999	1.432.101	1.489.000
Alagoas	1.188.594	1.334.826	1.376.220
Centro-Sul	5.146.035	5.613.463	5.577.000
Minas Gerais	445.360	486.530	501.400
Rio de Janeiro	472.619	555.038	533.000
São Paulo	3.915.168	4.300.340	4.261.000
Brasil	7.935.321	8.855.865	9.000.000

FONTE: IAA.

da no seu plano, no que se refere ao açúcar. O desempenho, abaixo da expectativa inicial, pode, em parte, ser atribuído aos efeitos da geada que atingiu, em junho de 1981, as regiões produtoras de cana nos estados de São Paulo, Paraná e Minas Gerais, e das excessivas chuvas que se seguiram, causando destruição de mudas e repercutindo negativamente sobre a safra 1982/83. Embora a produção de álcool também tenha sofrido as mesmas conseqüências, esta conseguiu superar em 7% o volume planejado para a região.

Para a safra 1983/84, o aumento da área de cana e as boas condições climáticas permitem prever uma grande expansão da oferta de matéria-prima.

Este fato não pode ser encarado como promissor para a atividade canavieira, pois agrava a inquietação no setor produtivo, tendo em vista o Plano de Safra da atual temporada, que reduziu a produção de açúcar na região Centro-Sul para 5,613 milhões de toneladas. Considerando-se que o incremento de quase 1 bilhão de litros programado para a produção de álcool depende da ampliação da capacidade de produção das destilarias, bem como da entrada em funcionamento de novas unidades produtoras, subsiste a ameaça de ocorrer sobra de cana-de-açúcar. O aproveitamento desse excedente, ou não, fica na dependência das tendências de consumo de álcool nos próximos meses. Seguindo esta perspectiva, a Comissão Nacional de Energia já autorizou a contratação adicional de mais 600 milhões de litros de álcool, além dos 7,06 bilhões previstos no Plano de Safra 1983/84.

O prejuízo causado pelo provável decréscimo na produção de açúcar aguçará as dificuldades econômico-financeiras de fornecedores e usineiros.

As maiores reclamações do setor

QUADRO 2

BRASIL — Produção de Álcool - Safras 1981/82 e 1982/83 (Posição em 30/4/1983) e Plano de Safra 1983/84 (m^3)

Discriminação	Resultado Final 1981/82	Posição em 30/4 1982/83	Plano de Safra 1983/84
Norte-Nordeste	823.720	1.178.857	1.429.000
Pernambuco	255.378	335.150	400.000
Alagoas	417.748	563.556	631.500
Centro-Sul	3.414.403	4.634.394	5.631.000
Minas Gerais	133.583	165.006	230.000
Rio de Janeiro	153.897	190.029	190.000
São Paulo	2.833.641	3.814.799	4.448.000
Paraná	195.603	293.786	403.000
Brasil	4.240.123	5.813.251	7.060.000

FONTE: IAA.

concentram-se sobre os preços fixados pelo Instituto do Açúcar e do Álcool, para a cana e seus derivados, que, segundo os produtores, não vêm cobrindo a elevação dos custos de produção. Alegam ainda que a situação agravou-se, após a maxidesvalorização do cruzeiro, em 18 de fevereiro, em razão da elevação dos preços de fertilizantes e defensivos importados. O IAA contra-argumenta, lembrando os pesados subsídios com que vem arcando, em função da gravosidade na exportação do açúcar e da desigualdade nos custos de produção das regiões produtoras. Não restam dúvidas de que o setor experimenta uma certa resistência governamental na concessão de facilidades e benefícios para a atividade canavieira. Como exemplo, podem ser citadas, ainda, as alterações empreendidas, desde a segunda metade do ano passado, no financiamento de estoques de açúcar e álcool (*warrantagem*), reduzindo-o de 70 para 60% no Nordeste e de 50 para 35% no Centro-Sul. Nessa nova postura governamental, enquadra-se também a decisão do Banco Central de limitar em 4.000 MVR's (Maior Valor de Referência), o volume de financiamento aos grandes produtores, por intermédio do Banco do Brasil, para aplicação no custeio durante o período da entressafra. Se, com essas medidas o governo busca reduzir a dependência dos produtores para com o Estado (as quais, ao ver dos produtores, deveriam ser combinadas com uma política de preços que acompanhasse a elevação dos custos), tais decisões estão diretamente ligadas ao difícil momento que atravessa o mercado açucareiro internacional e às próprias dificuldades econômicas enfrentadas pelo país, o que obriga o setor a contribuir com sua quota de sacrifício.

Dentro dessa ótica, pode-se compreender a atual discussão acerca da retirada e do pagamento do álcool estocado nas destilarias. Com um período de produção de seis meses, o álcool é retirado na proporção de 1/12 da produção de uma safra, por mês, das destilarias anexas e 1/9, por mês, das autônomas. A reivindicação dos produtores é de que todo o álcool produzido seja imediatamente faturado. Ainda segundo eles, o problema não é de logística de estoques, mas eminentemente financeiro. De fato, embora esta norma não seja recente, suas implicações parecem estar sendo melhor percebidas agora, que cessou o crédito fácil, elevou-se o custo do dinheiro e vêm-se reduzindo os subsídios oficiais.

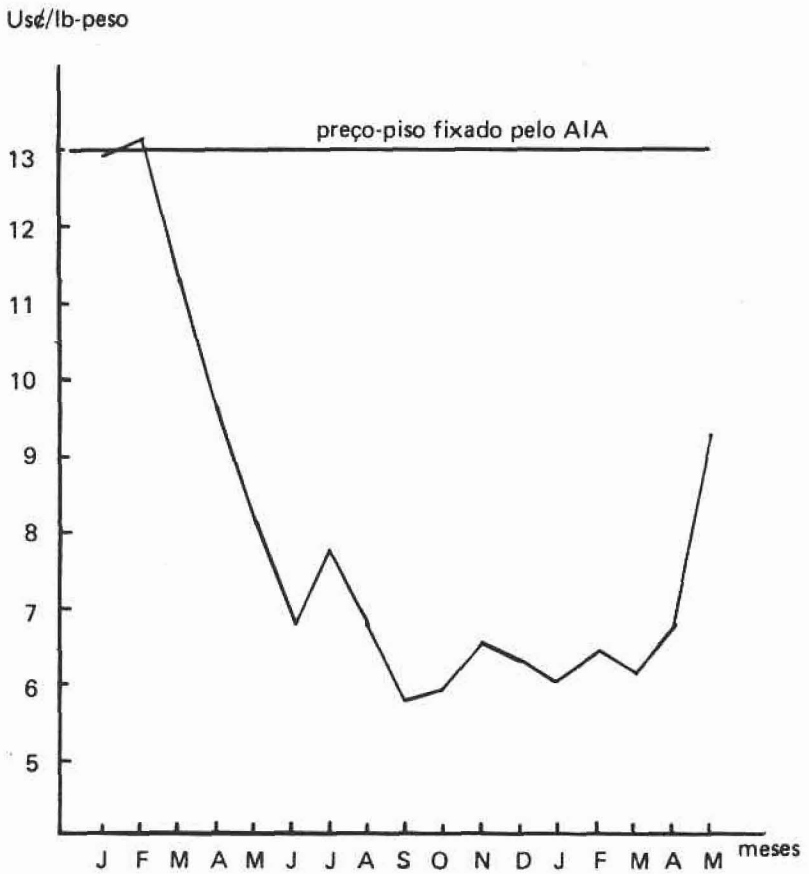
O estoque excedente para o final da safra está estimado em torno de 540 milhões de litros, já descontados os 550 milhões de litros que figuram como estoque de segurança. O destino deste excedente vem suscitando grande polêmica, haja em vista que o governo, através da Petrobrás, não o adquiriu de pronto, conforme faz habitualmente. A solução para o problema deverá ser obtida mediante o aumento das exportações, ou através da elevação do percentual de 20 para 23% da mistura da gasolina com o álcool anidro, medidas que, embora economicamente possam parecer pouco recomendáveis, reduziriam o custo de uma prolongada estocagem.

O grande excedente de álcool, acumulado no "estoque de passagem" do final desta safra, aparentemente desmente os temores quanto a uma possível falta do combustível nos próximos meses. Aliás, esta possibilidade, aventada pelo próprio governo, fundamenta-se no extraordinário crescimento das vendas de veículos a álcool, ocorrido desde o segundo semestre de 1982, em resposta às medidas implementadas com a finalidade de restabelecer a confiança no Programa (aumento da garantia do carro a álcool para dois anos, redução do preço do álcool para um limite máximo de 59% do preço da gasolina, diversos incentivos para os táxis a álcool etc. . .). De fato, o primeiro quadrimestre do ano apresentou um acentuado predomínio na venda de veículos a álcool: em janeiro, das 42.136 unidades vendidas, 69,2% eram de veículos a álcool. Esta participação aumentou em fevereiro para 71,6% num total de 42.013 veículos. Em março, dos 67.689 unidades comercializadas, 75,9% eram veículos a álcool. Em abril, registrou-se o maior recorde de vendas destes veículos, ou seja: 77,4 mil unidades vendidas.

No que diz respeito à demanda pelo álcool hidratado em 1983,

GRÁFICO 1

AÇÚCAR – Cotações no Mercado Internacional – Janeiro de 1982 a Maio de 1983 – US¢/libra-peso



FONTE: OIA.

o Quadro 3 apresenta um conjunto de hipóteses para o número total de veículos a álcool a ser incorporado à frota existente no final de 1982, com prováveis níveis médios de consumo.

Assim, consideram-se as hipóteses de que, em 1983, ocorram acréscimos de 500 mil, 450 mil ou 400 mil unidades à frota existente ao final de 1982, que, segundo informação da ANFAVEA, foi de aproximadamente 666 mil veículos. Para se calcular o consumo total de álcool hidratado, no presente ano, trabalha-se com três níveis médios de consumo anual por veículo, a saber, 3.360 litros (considerado pelo governo como um nível provável), 3.600 litros e 3.840 litros — os dois últimos em função da crescente participação de taxis, na frota de veículos a álcool, o que pressupõe uma elevação do consumo médio. Como a incorporação dos veículos à frota, este ano, não se faz só de uma vez, para calcular o consumo médio de combustível, considera-se a metade das unidades previstas.

Os resultados encontrados não indicam o risco de uma escassez do combustível, uma vez que o Plano da Safra vindoura prevê uma produção de 4,561 bilhões de litros de álcool hidratado.

A oferta de álcool anidro, por sua vez, deverá atender às exigências de consumo. Mesmo que se mantenha a elevação de 20 para 23% do percentual de mistura do álcool com a gasolina, o consumo adicional de álcool anidro deverá ficar em torno de 300 milhões de litros, totalizando 2,2 bilhões de litros. Neste caso, haverá uma certa folga no abastecimento, uma vez que o Plano de Safra prevê uma produção de 2,498 bilhões de litros de álcool anidro.

Diante do exposto, estando assegurado o abastecimento de álcool para o ano em curso, ganha relevância a discussão acerca das futuras metas de produção. Em março deste ano, o Proálcool, com um total de 417 projetos enquadrados, dispunha de uma capacidade nominal de produção de 7,965 bilhões de litros que, acrescidos dos 900 milhões de litros produzidos pelas destilarias instaladas antes do lançamento do Programa, totalizava uma produção potencial de 8,865 bilhões de litros.

Com este nível de consolidação, a discussão sobre as metas de produção dos próximos anos concentra-se nas dificuldades para financiamento

QUADRO 3

BRASIL: Estimativa do Consumo de Álcool Hidratado em 1983, Conforme a Frota de Veículos e o Nível Médio de Consumo — em 1.000 litros

Acréscimo previsto na frota de veículos a álcool em 1983	Consumo Médio Anual = 3.360 l		Consumo Médio Anual = 3.600 l		Consumo Médio Anual = 3.840 l	
	Consumo dos veículos incorporados a frota em 1983	Consumo total da frota em 1983	Consumo dos veículos incorporados a frota em 1983	Consumo total da frota em 1983	Consumo dos veículos incorporados a frota em 1983	Consumo total da frota em 1983
+ 500 mil	840.000	3.077.760	900.000	3.297.600	960.000	3.514.440
+ 450 mil	756.000	2.993.760	810.000	3.207.600	864.000	3.421.440
+ 400 mil	672.000	2.909.760	720.000	3.117.600	768.000	3.325.440

OBS.: A frota estimada de veículos a álcool no final de 1982 era de 666 mil unidades.

de novos projetos e na subseqüente expansão do parque alcooleiro, em um momento de recursos extremamente escassos.

Mercado externo

O quadro interno, caracterizado por uma crescente capacidade de produção da cana-de-açúcar, do açúcar e do álcool, torna-se mais complexo, na medida em que o mercado externo para o açúcar, o álcool e o melaço ainda se mantêm pouco convidativo, no que diz respeito aos preços, e sem perspectivas claramente definidas quanto a seu futuro.

A empresa alemã, *F. O. Licht*, prevê, para a safra 1982/83, uma produção mundial de 99,261 milhões de toneladas, ou seja, uma redução de apenas 1% sobre o resultado obtido na safra precedente. Do volume total do açúcar a ser produzido, 63% provêm da cana e 37% da beterraba.

Com um consumo previsto de 93,4 milhões de toneladas, o mercado acumulará um volume de 6,5 milhões de toneladas ao excedente já existente. Conclui-se daí, que o estoque final totalizará 39 milhões de toneladas, ou seja, 42% do consumo.

Se as estimativas da presente safra apontam para uma redução insignificante da produção mundial, o primeiro prognóstico da próxima safra, anunciado por *F. O. Licht*, mostra-se mais promissor quanto a uma possível recuperação do mercado. A previsão inicial para a safra 1983/84 reduz a produção para 95 milhões de toneladas. Contudo, tal previsão deve ser encarada com grande cautela, visto que parte da safra 1982/83 sequer foi colhida e o quadro previsto pode vir a sofrer grandes transformações.

A perspectiva de uma redução mais substancial na produção mundial fundamenta-se, inicialmente, nas dificuldades conjunturais por que passam as safras de alguns países grandes produtores. Registre-se, em especial, a anunciada quebra da safra cubana que, após recuperar-se, no ano passado, de graves prejuízos provocados pela "ferrugem" em seus canaviais, tem novamente sua produção comprometida por chuvas torrenciais no período mais intenso de colheita. Estas tempestades não sazonais terão como conseqüência direta uma redução aproximada de 750 mil toneladas na safra atual, além de atrasar o corte em aproximadamente seis semanas, encurtando o período de plantio da safra 1983/84.

Igualmente crítica é a situação do México que, este ano, será obrigado a importar 1 milhão de toneladas de açúcar, para suprir as necessidades internas, uma vez que sua produção doméstica vem sendo abalada por problemas climáticos e pela ineficiência administrativa.

Também a União Soviética anuncia a repetição de problemas climáticos que, por anos seguidos, vêm afetando suas áreas de plantio. Na presente safra, a URSS encontrará dificuldades para produzir 7 milhões de toneladas, ao passo que suas necessidades de consumo já chegam a 13 milhões de toneladas. Semelhante situação vive o restante do Leste Europeu, que continuará importando mais açúcar do que exporta.

A Comunidade Européia, hoje a maior exportadora de açúcar depois de Cuba, também tem sofrido o efeito do excesso de chuvas que castiga a Europa na atual temporada. As intempéries vêm provocando o atraso no plantio da safra de beterraba, o que trará reflexos sobre a próxima colheita. Para a atual safra, a CEE não deverá reduzir sua produção. Segundo *F. O. Licht*, em que pese a implantação da política de estoques, praticada desde o ano passado, o elevado nível de produção deverá manter-se praticamente inalterado, totalizando 14,806 milhões de toneladas. Para o presente ano, os estoques deverão alcançar 1,03 milhão de toneladas, contra as 992 mil armazenadas em 1982. Ainda assim, está prevista uma disponibilidade de 6,7 milhões de toneladas de açúcar para exportação, das quais, 3,7 milhões de toneladas são do tipo C, não beneficiadas por subsídios.

Sem dúvida, o excesso de oferta provocado pela política de subsídios da CEE tem contribuído ponderavelmente para o desequilíbrio do mercado. Aos Estados Unidos, maiores importadores mundiais de açúcar, após a URSS, cabe também parcela

importante de responsabilidade na depressão do mercado. Isto porque os norte-americanos, através de uma política caracteristicamente protecionista, limitaram bruscamente suas importações, ao instituir um sistema de quotas de importação, a partir de maio do ano passado. Assim, em 1982, as compras norte-americanas de açúcar sofreram a drástica redução de 48%, totalizando apenas 2,393 milhões de toneladas. Embora esta política seja apresentada como um mero programa de apoio à produção doméstica, ao fixar um preço de estabilização interno em torno de US¢ 21/libra-peso, estabelece um nível de cotações que, tornando competitivos os produtos substitutos, favorece sobretudo a expansão da produção interna de adoçantes à base do xarope de milho.

Em função do comportamento cíclico do mercado internacional de açúcar, alternando períodos de excesso de oferta e baixos preços, com fases de escassez e preços elevados, a busca de uma maior estabilização do mercado passa a ser de interesse de todos os países exportadores e importadores. Para que este equilíbrio possa ser alcançado, o mercado precisa se submeter a um conjunto de normas disciplinadoras, que neutralize suas permanentes tendências para a flutuação.

Neste sentido, as discussões em andamento desde o final do ano passado, que examinam as possibilidades da assinatura de um novo Acordo Internacional, podem ser encaradas como um dos principais acontecimentos no âmbito do comércio açucareiro, nos últimos anos. Esta afirmação não significa simplesmente uma confiança absoluta de que as atuais conversações cheguem a bom termo. Ao contrário, as negociações entre os diversos países interessados deverão ser longas e difíceis, considerando-se que o novo acordo terá de conciliar interesses de mais de cento e vinte países, entre exportadores e importadores de açúcar. Como aspecto positivo, deve ser ressaltada a participação, como observadora, da Comunidade Econômica Européia nas conversações atuais, o que não aconteceu nas negociações dos acordos anteriores.

A necessidade de um novo acordo afirma-se perante a completa ineficácia do convênio atualmente em vigor. A manutenção do preço médio calculado pela Organização Internacional do Açúcar desde fevereiro de 1982, em nível bem inferior ao mínimo de US¢ 13/lb-peso, estabelecido no Acordo, constitui uma demonstração cabal da sua falência (ver Gráfico 1). Todas as tentativas para deter a queda dos preços (as quotas de exportação foram colocadas em seu nível mínimo e as obrigações de estoques, dos países-membros exportadores, em seu máximo) foram frustradas, evidenciando a insuficiência dos mecanismos com este objetivo, constantes

QUADRO 4

BRASIL: Exportações de Açúcar — Janeiro a Abril - 1982/83

Discriminação	Volume 1.000 t	Valor US$ milhões FOB	Preço Médio US$/t
1982	516,2	154,9	300,06
1983	706,7	125,2	177,42

FONTE: IAA/Cacex.

do Acordo.

Nas negociações realizadas em Genebra, no último mês de maio, foram apresentados dois tipos de propostas. Uma, encabeçada pela CEE, defendia como o principal instrumento de estabilização a formação de estoques. Outra, apoiada pelos demais países grandes exportadores, mantinha a fórmula da combinação de estoques e quotas de exportação, já empregada no presente Acordo, muito embora reconhecesse a necessidade de seu aperfeiçoamento.

A CEE defende a formação inicial de um estoque entre 5 e 6 milhões de toneladas, cuja responsabilidade caberia aos dez maiores exportadores, ou seja, África do Sul, Argentina, Austrália, Brasil, C.E.E., Cuba, República Dominicana, Índia, Filipinas e Tailândia. Estes países não ficariam submetidos a quotas de exportação, que seriam fixadas apenas para os produtores cujas vendas externas se situam entre 70 mil e 500 mil toneladas. Os países com exportações inferiores a 70 mil toneladas ficariam livres de qualquer imposição.

A Comunidade, em sua proposta, considera necessária a participação dos países-membros importadores de açúcar na manutenção dos estoques, embora sem definir a forma de participação. Exige ainda que o comércio de adoçantes à base de milho passe a ser controlado, bem como que o comércio açucareiro de Cuba com os demais países socialistas se dê com maior "transparência", possibilitando, desta maneira, um maior controle.

O Brasil, por sua vez, compareceu à conferência negociadora defendendo um conjunto de propostas que, embora mantendo os princípios de formação de estoques e o estabelecimento de quotas de exportação, busca municiar o Acordo de instrumentos mais efetivos. Assim, propôs que sejam revistos os critérios para a fixação das necessidades mínimas de importações que têm gerado a chamada "inflação" das tonelagens básicas de exportação. Propôs, ainda, a substituição do sistema de quotas fixas dos países exportadores por uma quota mais flexível, que iria variar, conforme as necessidades de importação dos compradores. Sugeriu, também, a formação de um estoque em volume suficiente para uma rápida recuperação dos preços, bem como o apoio ao desenvolvimento de projetos alternativos para utilização da cana-de-açúcar e da beterraba, como é o caso do Proálcool brasileiro.

Observam-se claras diferenças entre as duas propostas, embora ambas tenham sido elaboradas com base na necessidade de um esforço comum para a recuperação do mercado.

A proposta da Comunidade deixa indagações para os outros produtores, no que se refere aos recursos exigidos para a formação de um volumoso estoque. Contraria, também, os interesses dos Estados Unidos e do Japão, ao desejar intervir sobre o comércio de adoçantes à base de milho. Desagrada, também, Cuba, pela tentativa de controle de seu comércio preferencial com os países do Leste. Por outro lado, a CEE não aceita o sistema de quotas de exportação contemplado na proposta brasileira, ao mesmo tempo que limita as responsabilidades de formação dos estoques aos dez países responsáveis por 85% das vendas mundiais.

As diferenças entre as propostas permitem antever o nível das dificuldades que deverão ser superadas, para que se possa chegar a um entendimento. Contudo, o esforço dos países negociadores na busca de uma solução comum baseia-se na imperiosa necessidade de recuperação do mercado, visto o ônus que representa a atual situação para os países exportadores.

A presente etapa de negociações não deverá produzir resultados antes de outubro, o que minimiza sua repercussão sobre os preços no presente ano.

O comportamento dos preços, desde a segunda quinzena de abril (ver Gráfico 1), caracterizou-se por uma tendência marcadamente altista, o que pode ser atribuído aos já citados acidentes climáticos que atingiram alguns dos grandes países produtores.

Os rumores sobre a possível renegociação por Cuba e África do Sul de alguns contratos de fornecimento ao Japão somaram-se às notícias de adversidades climáticas na Europa e à possível quebra de safras na Austrália, Tailândia e Filipinas, devido à seca.

O mercado foi, assim, sacudido pela expectativa de que, após quase três anos de uma super-oferta de açúcar, o ciclo baixista dos preços se estaria esgotando. Os mesmos fatores, que em outras oportunidades contribuíram para fortes elevações das cotações, mostram-se agora presentes. Destaque-se aqui a excitação do mercado diante de tal expectativa, com o habitual retorno de especuladores nas negociações.

Em face destas considerações, as perspectivas quanto às exportações brasileiras de açúcar para 1983 são ainda indefinidas. O Quadro 4 estabelece a comparação entre os resultados obtidos nos quatro primeiros meses deste ano com aqueles alcançados em igual período do ano passado. Uma análise superficial dos dados induziria à conclusão, de que, ao final de 1983, o valor das exportações de açúcar poderá ser consideravelmente inferior àquele alcançado em 1982, haja em vista que o preço médio no último quadrimestre ficou 40% abaixo do registrado no ano passado. Entretanto, devem ser considerados alguns fatos que, na simples observação do quadro citado, não se evidenciam. O primeiro deles é que as cotações do açúcar, em 1982, decaíram de forma mais acentuada, justamente após o mês de abril, alcançando seu nível mais baixo em setembro, quando o preço do açúcar na Bolsa de Nova Iorque foi de US$ 130,10/tonelada. Por outro lado, as exportações do produto via de regra intensificam-se a partir do segundo semestre, sendo que, em 1982, 46% do volume total foram embarcados nos três últimos meses do ano, por um preço médio de US$ 179/tonelada. Um segundo aspecto a ser considerado diz respeito à tendência a um comportamento inverso dos preços, em 1983. Embora já se tenha contratado a venda das 2,8 milhões de toneladas, correspondente à quota anual de exportação do Brasil no atual Acordo, não é possível precisar a receita do país com estas vendas. Isto porque, em sua maioria, tais contratos fixam o preço do produto com base na média das cotações dos vinte dias úteis anteriores ao embarque.

Ainda sem uma definição precisa da real tendência dos preços neste ano, pode-se supor que se situarão, nos próximos seis meses, em uma faixa entre US$ 220 e US$ 330 por tonelada. Considerando-se que o país exportará em torno de 2,8 milhões de toneladas, torna-se possível prever uma arrecadação aproximada de 750 milhões de dólares.

Vale registrar que o rol dos principais países importadores do açúcar brasileiro vem sofrendo alterações significativas. O principal motivo destas alterações reside na drástica redução das importações pelos Estados Unidos, desde o ano passado. Enquanto, em 1981, o Brasil vendeu 970 mil toneladas para aquele país, em 1982 os norte-americanos compraram apenas 285 mil toneladas do açúcar brasileiro, em virtude do sistema de quotas de importação então instituído. Para o presente ano fiscal (outubro a outubro) o Brasil tem direito a nova quota de 446 mil toneladas. Como contrapartida das restrições impostas pelos EUA, o Brasil vem ampliando suas vendas para outros países, destacando-se entre eles a Venezuela (362 mil toneladas em 1982) e a URSS (354 mil toneladas em 1982).

As exportações de álcool deverão manter um desempenho semelhante ao registrado no ano passado, quando foram exportados 245,7 mil toneladas, significando uma receita de US$ 82,4 milhões. Ainda que, em 1983, os EUA tenham dobrado a taxação sobre o produto importado, de US$ 0,20 para US$ 0,40/galão, o Brasil dispõe de convincentes razões para vender o produto, mesmo que a um preço abaixo de seu custo. Isto porque a exportação de álcool continua figurando como a mais eficiente alternativa para reduzir estoques no período mais intenso da safra. Além disso, a redução da gravosidade das exportações do produto pela maxidesvalorização do cruzeiro compensou parcialmente o prejuízo causado pelo acirramento do protecionismo norte-americano. Restritas a alguns países da Europa, ao Japão e aos Estados Unidos, as vendas de álcool para o exterior não devem ultrapassar 250 milhões de litros, perfazendo uma receita aproximada de US$ 60 milhões.

PECUÁRIA DE CORTE

Um setor muito afetado pela crise

Em função do desempenho do mercado bovino, tanto no que se refere à produção como à comercialização, nos últimos anos, não era difícil prever que, já no início de 1983, ocorreriam fatos inusitados no setor. Muito embora a fase de compressão de preços do boi gordo, iniciada a partir de 1980, tenha-se constituído no caldo de cultura capaz de gerar a alta de preços verificada nos meses de março e abril (isto é, em plena safra e num dos momentos mais agudos da crise econômica, quando da mudança da lei salarial), outros fatores contribuíram também para a alta. Dentre eles podem-se citar: 1) o aumento paralelo dos preços dos animais de reposição (ver Quadro 1); 2) a possibilidade de aumento das exportações no corrente ano e 3) o pequeno (ao ver do governo) estoque de carnes congeladas em poder dos frigoríficos.

Conseqüentemente, instalou-se a convicção no setor produtivo de que o início da reversão do ciclo pecuário, esperada para o ano passado, tornara-se enfim realidade. E a primeira manifestação evidente do otimismo generalizado, que reina no setor, seria a redução do envio de matrizes ao abate, medida tomada naturalmente pelos produtores (o que ainda não se configurou, como se verá mais adiante), diante da perspectiva de alta de preços. Tanto do ponto de vista do produtor como do governo, afigura-se vantajosa a decisão de reter matrizes. No primeiro caso, significa a lucratividade e a permanência do negócio, através da reconstituição do rebanho. No segundo, quer dizer poupança dos recursos que seriam alocados na retenção de matrizes, caso não houvesse a interrupção natural do processo de liquidação do rebanho, fenômeno característico do ramo descendente de preços do ciclo pecuário.

Por não serem facilmente descartáveis os fatores cíclicos do rebanho, perduram algumas dúvidas quanto à concretização da reversão do ciclo da pecuária, no corrente ano. Isto porque se, por um lado, a maior receptividade do mercado externo respalda o otimismo setorial, a conjuntura marcantemente recessiva da economia atua em sentido justamente contrário. A reforçar a posição dos que não crêem na reversão do ciclo, em conjuntura recessiva da economia, está a importância do mercado interno. Neste sentido, a alta verificada nos meses de março e abril nada representou além de uma descompressão conjuntural dos preços, que tenderiam a fixar-se num patamar um pouco mais remunerador da produção, recabendo, daí para a frente, apenas a correção monetária. O fundamento dessa posição estaria na impossibilidade do mercado retalhista repassar uma alta real de preços aos consumidores, num ano em que os assalariados vêem a rápida corrosão de seu poder de compra e aumenta o desemprego. Aliás, segundo o presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Carnes Frescas, do Rio de Janeiro, essa situação já se tornou evidente por ocasião da alta de 28,9%, havida nos meses de março e abril (ver Quadro 1), com a redução nítida do consumo por parte da classe média, principal consumidora da carne bovina e a mais atingida em seus ganhos pela nova política salarial.

Por outro lado, considerando que os altos índices inflacionários, que ora prevalecem na economia, mascaram no curto prazo os ganhos reais de qualquer atividade, é difícil avaliar se a alta de preços mencionada constitui realmente um indício seguro de reversão do ciclo pecuário. Isto porque, no primeiro quadrimestre, o ganho real do preço do boi gordo foi de apenas 21,1%(*), diferença que pode ser facilmente absorvida em um ou dois meses pela escalada inflacionária, se o preço se estabilizar nominalmente. Nesta hipótese, prosseguirá o processo de matança de matrizes, pondo em xeque a recomposição do rebanho necessária para evitar a escassez real de carne, prevista para 1985. Na realidade, a alta de preços recentemente verificada não influenciou ainda os percentuais de abate de matrizes (ver Quadro 2) o que pode ser considerado natural, tendo em vista não só o período curto da alta mas, também o caráter retardado com que a reação do pecuarista se manifesta.

(*) Aumento de 60,7% no preço do boi gordo menos a inflação de 39,6%, no primeiro quadrimestre de 1983, medida pelo IGP, col. 2, da FGV.

COMENTÁRIOS

QUADRO 1

A) ESTADO DE SÃO PAULO – Preços Médios Mensais do Bezerro, do Boi Magro e do Boi Gordo; B) CIDADE DE SÃO PAULO – Preços Médios Mensais da Carne Bovina no Varejo – 1982 a 1983 (Primeiro Quadrimestre)

	Estado de São Paulo – Preços Recebidos pelos Produtores						Cidade de São Paulo Preço da Carne Bovina no Varejo	
	Bezerro (Cr$/cabeça)	Índice Jan/82=100	Boi Magro (Cr$/cabeça)	Índice Jan/82=100	Boi Gordo (Cr$/arroba)	Índice Jan/82=100	Cr$/kg	Índice Jan/82=100
1982								
Janeiro	10.632,10	100	20.681,20	100	2.489,70	100	313,30	100
Fevereiro	10.012,20	94	20.873,00	101	2.394,00	96	321,40	103
Março	9.912,40	93	20.890,20	101	2.378,70	96	321,05	102
Abril	10.173,80	96	21.577,90	104	2.444,80	98	336,00	107
Maio	11.107,80	104	23.374,90	113	2.621,30	105	338,25	108
Junho	11.571,40	109	24.245,30	117	2.758,70	111	373,70	119
Julho	13.286,50	125	28.275,30	137	3.645,80	146	477,70	152
Agosto	13.875,10	130	30.012,70	145	3.876,50	156	504,00	161
Setembro	17.371,75	163	37.124,68	179	4.056,99	163	532,00	170
Outubro	16.573,84	156	36.878,34	178	4.052,70	163	549,35	175
Novembro	15.744,05	148	34.195,50	165	4.068,88	163	555,30	177
Dezembro	15.473,10	146	35.201,40	170	4.107,10	165	572,30	183
1983								
Janeiro	19.562,57	184	39.891,25	193	4.243,49	170	594,85	190
Fevereiro	21.554,99	203	44.397,97	215	4.423,95	178	650,90	208
Março	n.d.		n. d.		5.400,00*	217	699,50	223
Abril	n.d.		n.d.		6.600,00*	265	839,00	268

(*) Estimativa.
FONTE: IEA.

Aliás, a intensidade do retardo é proporcional ao período de preços baixos ou ao nível de descapitalização do criador.

Caso se configure, portanto, um rebate falso (à semelhança do ocorrido em junho e julho de 1982) caberá ao governo reformular o programa de financiamento da atividade criatória no corrente ano, o qual, pelas razões apontadas, previa, em princípio, a suspensão da linha de crédito para a retenção de matrizes. Sendo a única medida realmente anticíclica do programa, isto é, capaz de evitar a descontinuidade do abastecimento interno e das exportações brasileiras, a decisão de suspender o financiamento da retenção de matrizes deverá ser tomada na convicção de que a reversão do ciclo se configure realmente. A propósito, dentro da linha de crédito para a retenção, poderia ser introduzida uma inovação, no sentido de facilitar a comercialização de matrizes, com o objetivo de permitir a ampliação do plantel dos pequenos e médios criadores.

Produção e Consumo

De acordo com a previsão do USDA, a produção mundial de carne bovina declinará 1,12% em 1983, sendo o Brasil um dos poucos países que apresentará um crescimento, atingindo 2,5 milhões de toneladas de equivalente-carcaça, em 1983, contra 2,4 milhões na temporada passada. Como, nos dois últimos anos, os níveis de produção foram influenciados pela intensificação dos abates de matrizes, a confirmação da previsão do USDA depende do movimento de envio de matrizes aos matadouros. Como já foi destacado, os dados mais recentes não levam a crer que o processo de liquidação do rebanho foi interrompido.

A produção de carne bovina no ano de 1982 pode ter superado a previsão inicial de 2,4 milhões de toneladas, tendo em vista as altas taxas de abate de matrizes. Os dados do Ministério da Agricultura relativos aos abates nos estabelecimentos sob inspeção federal nos principais estados abatedores aumentam o grau de certeza da assertiva (ver Quadro 3). Muito embora não representem o volume total do país, o aumento de 15,3% no peso morto supera em muito o percentual de 6,7%, inicialmente previsto para a produção de 1982. A redução do peso médio do animal abatido constitui uma outra evidência do maior percentual de vacas sacrificadas no período. Como a inspeção federal só cobre uma parte do total dos animais abatidos, pode-se depreender que o sacrifício de matrizes, em 1982, foi mais elevado ainda, uma vez que, reconhecidamente, os abatedouros clandestinos são "especializados" na matança de animais mais baratos, geralmente vacas. Em prol desse argumento, deve ser acrescentado que, com o aumento da incidência do ICM, aumentou o volume de carne bovina transacionada clandestinamente no país.

Dentro dessa ótica, o ano de 1982 se assemelhou ao de 1977, quando, em função dos níveis extremamente baixos dos preços do boi gordo, houve o sacrifício indiscriminado de matrizes. A diferença, no entanto, residiu no âmbito do consumo interno, tendo em vista o declínio da disponibilidade interna *per capita* que, de 20,3 quilogramas por habitante em 1977, passou para cerca de 16 kg/habitante, em 1982. A razão básica para a queda da relação foi o aumento das exportações que, em 1982, atingiram 322.464 t em equivalente-carcaça, isto é, 13,43% da produção total, inicialmente prevista. Em função desses pontos comuns, esperava-se que, à semelhança de 1977, ocorresse, em 1982, a inflexão terminal do atual ciclo pecuário bovino. Isto porque a reversão do ciclo dá-se normalmente num período de três a quatro anos, metade do tempo que vai do nascimento da novilha até o ponto em que sua primeira cria está pronta para o abate, isto é, cerca de sete anos, na atividade criatória brasileira.

Fatores de ordem econômica, notadamente a recessão e a política salarial, adotada a partir de 1979, no entanto, adiaram a reversão esperada do ciclo. Como, segundo os analistas do setor, o processo de liqüidação do rebanho não pode ser mantido indefinidamente, a expectativa da reversão do ciclo pecuário foi transferida para 1983, muito embora, no plano interno, subsistam as mesmas condi-

ções econômicas (por sinal, aguçadas mais ainda, sob certos aspectos, pela nova lei salarial que corroe mais intensamente o poder de compra da classe média) refratárias à alta de preços da carne bovina. Desse modo, o nível de produção da carne bovina no corrente ano depende da retomada dos preços, fator que, em última instância, *influi no fluxo de matrizes* para o abate. Na hipótese da continuidade do processo atualmente em curso, de liquidação do rebanho, a produção de carne bovina em 1983 poderá atingir a casa dos 2,5 milhões de toneladas, confirmando a estimativa do USDA.

O mercado externo tem-se constituído numa compensação para a fase de compressão do consumo interno, *tendo em vista a expansão das exportações* de carne bovina no primeiro trimestre (ver Quadro 4). O aumento das vendas externas se refere mais às quantidades, uma vez que os preços médios da carne exportada declinaram levemente no período. No entanto, mantida a mesma tendência evidenciada no primeiro quadrimestre, o volume total de carne bovina exportada atingirá 400 mil t em equivalente-carcaça, representando um "enxugamento" do mercado interno de 16,7% da oferta

QUADRO 2

ESTADOS DO RIO GRANDE DO SUL E MINAS GERAIS – Abates de Bovinos Inspecionados pelo SIF no Primeiro Quadrimestre – 1982/83

1. RIO GRANDE DO SUL

Mês	1982 Vacas	1982 Bois + Vacas	1982 % de Vacas	1983 Vacas	1983 Bois + Vacas	1983 % de Vacas
Janeiro	39.911	111.423	35,81	58.565	127.945	45,77
Fevereiro	40.204	104.300	38,54	47.475	105.272	45,09
Março	64.055	160.889	39,81	74.209	155.796	47,63
Abril(*)	65.334	178.306	36,64	79.495	186.513	42,62

2. MINAS GERAIS

Janeiro	56.301	94.399	59,64	64.906	125.024	51,91
Fevereiro	62.688	121.107	51,76	61.134	120.359	50,79
Março	69.201	154.394	44,82	80.759	162.602	49,66
Abril(*)	63.095	147.436	42,79	68.939	170.933	40,33

(*) Dados preliminares.
FONTE: CEPA-RS; CEPA-MG.

inicialmente prevista. Essa redução na oferta interna representará, por sua vez, um menor consumo de proteína de origem animal, caso não seja devidamente compensada por outros tipos de carne.

Por outro lado, a queda dos preços médios das exportações brasileiras de carne bovina, no mês de março, evidencia uma certa flexibilidade na utilização das vantagens proporcionadas aos exportadores pela última maxidesvalorização do cruzeiro. Significa também um maior volume de subsídios, agravando mais ainda o desequilíbrio da dívida interna.

A estabilidade dos preços, na casa dos Cr$ 6.900,00/arroba, após a alta dos meses de março e abril, deverá se prolongar até a entrada da entressafra, quando, em função da queda da oferta sazonal do boi gordo, deverá ocorrer outro movimento altista. A intensidade dessa alta estará condicionada a inúmeros fatores, que vão desde a perda do poder aquisitivo da classe média, ditada pela nova lei salarial, até o plano de financiamento setorial (estocagem de entressafra e medidas anticíclicas) passando obviamente pelos preços de reposição dos bezerros e do boi magro e pela receptividade do mercado externo. A esses deve ser acrescentado o próprio inverno em si que, dependendo do seu rigor, determinará o comportamento do pecuarista em relação ao cronograma mais apropriado à venda dos animais prontos para abate.

Na verdade, a manutenção da nova lei salarial constituirá um forte obstáculo à esperança dos produtores de que ocorra no corrente ano a reversão do ciclo pecuário, desafogando-os financeiramente e libertando a população do espectro da falta de carne, em 1985. Isto porque, por mais elevadas que sejam as exportações, a parcela absorvida pelo mercado interno, em torno de 80%, terá sempre a maior significação para o setor. Neste contexto, em função da crise "estagflacionária" que vive o país, torna-se evidente que, semelhantemente aos demais setores, a pecuária terá que conviver com uma rentabilidade baixa e, ao mesmo tempo, se esforçar para

QUADRO 3

*Abate de Bovinos sob Inspeção Federal nos Principais Estados * no Período de Janeiro a Dezembro de 1981 e 1982 — Números de Cabeças e Peso Morto*

Discriminação	1981			1982			Variação Percentual do Peso Morto 1982/1981
	Número de Cabeças	Peso Morto (t)	Preço Médio (kg)	Número de Cabeças	Peso Morto (t)	Preço Médio (kg)	
Boi	5.295.148	1.286.456,3	243,0	5.352.811	1.290.854,3	241,2	0,3
Vaca	1.538.324	281.595,3	183,1	2.787.528	516.313,2	185,2	83,4
Vitelo	42.152	919,4	21,8	47.603	1.512,9	31,8	64,6
TOTAL	6.875.624	1.568.971,0	228,2	8.187.680,4	1.808.680,4	220,9	15,3

* SP, PR, SC, RS, MS, MT, GO, MG, RJ, ES e PA.
FONTE: DIASE/DECOR/COBAL.

que não se interrompa o processo produtivo, em permanente xeque com o recrudescimento do abate de matrizes. O que precisa ficar claro é que o colapso do setor (cujo crescimento da oferta, nos últimos anos, tem sido menor do que o crescimento populacional) em nada contribuirá para a recuperação da economia do país.

Diferentemente do ano passado, quando o plano governamental de estocagem de entressafra foi implementado em abril, este ano, até meados de maio corrente, não havia sido definido pelas autoridades. A atipicidade do inverno passado, o controle deficiente dos níveis dos estoques em mãos dos frigoríficos e as dúvidas existentes ainda no primeiro trimestre, quanto ao real estoque remanescente de 1982/83, não permitiram, provavelmente, uma avaliação correta do plano de estocagem anterior, de modo a estabelecer o programa para a entressafra que se inicia em junho. Junte-se a isso a alegação de escassez crônica de recursos para as questões de abastecimento interno e se terá a explicação para o adiamento constante do lançamento do programa governamental.

O que não se esclarece, contudo, é a causa real da falta de recursos, uma vez que, dos Cr$ 90 bilhões aplicados no ano passado, nas três linhas de financiamento (carne congelada, boi em pé e retenção de matrizes), apesar de todas as vantagens concedidas aos frigoríficos (rolagem da dívida,

QUADRO 4

CARNE BOVINA — Exportações Brasileiras no Primeiro Quadrimestre — 1982 e 1983

1. Carne de Bovino Congelada, Fresca ou Refrigerada

	1982			1983		
	Quantidade (t)	Valor FOB (US$ 1.000)	Preço Médio (US$/t)	Quantidade (t)	Valor FOB (US$ 1.000)	Preço Médio (US$/t)
Janeiro/Abril	28.311	57.433	2.028,65	35.141	63.904	1.818,50
Janeiro/Fevereiro	12.331	26.444	2.144,51	14.162	25.263	1.783,86
Março	7.574	15.358	2.027,33	9.833	18.004	1.830,98
Abril	8.406	15.631	1.859,51	11.146	20.637	1.851,62

2. Carne de Bovino Industrializada

Janeiro/Abril	34.232	82.805	2.418,94	42.832	105.085	2.453,42
Janeiro/Fevereiro	15.463	37.841	2.447,20	19.345	48.935	2.529,59
Março	10.010	23.690	2.366,63	10.834	25.727	2.374,66
Abril	8.759	21.274	2.428,82	12.653	30.423	2.404,41

FONTE: Cacex.

perdão dos juros) pelo menos o principal já deveria ter retornado às mãos do governo. Mesmo porque o montante de recursos inicialmente cogitado (e considerado insatisfatório pelo setor) para financiar o atual programa foi de Cr$90 bilhões. A redução pela metade dos recursos a serem aplicados no plano de estocagem do corrente ano explica-se não só pela eliminação (cogitada) da linha de crédito para retenção de matrizes mas, também, pela diminuição da quantidade de carne a ser estocada pelos frigoríficos. Ocorre que, do ponto de vista dos representantes do mercado retalhista, com a saída da Cobal, o suprimento da população com carne congelada mostrou-se deficiente, em virtude do tratamento desigual aos dois principais segmentos desse mercado, açougues e supermercados. Neste sentido, com o apoio de autoridades governamentais, reiteram a necessidade de a Cobal formar um estoque estratégico de 50 mil t, para abastecer o mercado em momentos críticos. Esse retorno da Cobal ao papel de fiel da balança do mercado de carne bovina tomou corpo durante a alta dos preços nos meses de março e abril, quando o governo, na tentativa de refrear o movimento altista, procurou mobilizar os estoques de carne congelada em mãos dos frigoríficos, cujos níveis, em razão da pequena distribuição na entressafra passada, deveriam ser elevados. A tentativa, no entanto, foi frustrada, devido ao desconhecimento do volume real da carne disponível, que, ao final, revelou-se muito abaixo das expectativas e das necessidades governamentais.

Do ponto de vista dos pecuaristas, a interrupção do financiamento de retenção de matrizes, por sua vez, constitui outro elemento controverso do programa, uma vez que não está, pelas razões apontadas, perfeitamente configurada a reversão do ciclo pecuário, que induziria os produtores a preservarem naturalmente as matrizes. Neste caso, a descontinuidade dessa linha de financiamento significaria a eliminação da única medida anticíclica capaz de realmente suavizar a amplitude do ciclo pecuário, cujo pico de preços, em fase de escassez de carne, chega a ser três vezes o vale, em períodos de abundância.

PECUÁRIA DE LEITE

O país está preparado para produzir leite?

O mercado brasileiro do leite, apesar das características saudáveis e praticamente sem contraindicações do produto, tem sido motivo de declarações as mais agitadas, nos últimos tempos, como se a necessidade de seu uso não fosse ainda um consenso da sociedade. Aliás, essas manifestações, embora demonstrem que o produto não constitui ainda um ponto pacífico no país, não deixam entrever os paradoxos que ocorrem no plano econômico, no social e no tecnológico. No primeiro caso, nunca é demais lembrar as maciças importações de leite em pó, realizadas na segunda metade da década de 70, (ver **Agroanalysis**, vol. 6, nº 7), por um país que dispõe de grande potencial leiteiro. No plano social, avulta o grande contingente populacional (estimado em 70 milhões de habitantes) que não consomem regularmente o valioso alimento. No plano tecnológico, ao lado de questões meramente éticas, perduram as intermináveis discussões sobre o padrão de qualidade que mais se coaduna com as "condições e necessidades do país", como se o consumidor brasileiro se distinguisse organicamente do das demais nacionalidades. A propósito, nunca é demais lembrar a obviedade de que o padrão qualitativo do leite a ser comercializado internamente deverá ser o mínimo que mantenha a sua integridade e saudabilidade como alimento, considerando o caráter terceiro-mundista do país.

A intensidade das manifestações atingiu o seu auge quando o leite, ou melhor, a sua versão brasileira, esteve na berlinda durante quase todo o mês de março, ocupando grandes espaços nos principais meios de comunicação. O motivo para todo o alarde não foi nenhuma novidade, mas apenas a má qualidade do leite dito pasteurizado que abastece os principais centros urbanos do país. A verdade é que esta questão, embora sendo uma rotina antiga e imutável, tem o condão de voltar à tona dos noticiários de tem-

pos em tempos. Enquanto dura a controvérsia, ocorrem inúmeros pronunciamentos oficiais, fazem-se ameaças de punições, criam-se grupos de trabalho para equacionar a problemática da produção, do beneficiamento e da distribuição do leite no país. Na verdade, como um programa que realmente ataque a estrutura do problema, por exigir recursos volumosos, tem implicações de ordem econômica, o quadro atual do mercado leiteiro deverá continuar o que era antes de toda a celeuma ser levantada.

Se essa é a realidade do ponto de vista estrutural, do ângulo meramente ético da questão, isto é, aquele que se refere à melhora da qualidade do leite distribuído à população, a ser obtida através da punição da fraude e do desleixo na manipulação industrial, grandes avanços podem ser alcançados. Isto porque se a parte depreciadora da qualidade final do produto, originária de má coleta, depende de investimentos de longo prazo no setor primário (educação do produtor, melhoria das condições sanitárias do rebanho e da ordenha), a parcela de responsabilidade industrial depende apenas de uma fiscalização mais rigorosa, uma vez que, tanto em termos de instalações civis como de equipamentos, as unidades industriais laticinistas estabelecidas no país são consideradas satisfatórias. A propósito, cite-se o caso dos EUA, país que somente conseguiu que a incidência de doenças veiculadas pelo leite se reduzisse praticamente a zero, após uma intensa fiscalização na área industrial, no ano de 1950. Anteriormente, o número de casos de intoxicações se situava na casa dos 15 mil/ano, desde a década de 20. O que houve no caso norte-americano foi uma forte pressão da sociedade, no sentido de exigir da indústria algo que ela está apta a produzir: QUALIDADE. No Brasil, segundo especialistas do setor, ocorre o mesmo. Se existem manteiga rançosa e leite aguado e contaminado no mercado, é porque o consumidor não exige qualidade e o governo se omite no exercício de seu papel de fiscalizador.

O que precisa ser destacado, no entanto, é que, no Brasil, o resultado, ou melhor, o rescaldo de toda essa discussão acalorada, que toma de assalto temporariamente os meios de comunicação, é muito pequeno. Talvez pela elevada temperatura dos debates, não afloram as verdadeiras causas do problema e tampouco se verifica se alguns setores tiram vantagens específicas dessa controvérsia eterna e intermitente sobre a qualidade do leite servido à população.

Ocorre que são muitas as partes envolvidas e todas elas, individualmente, fazem a defesa de seus interesses como se fossem entidades estanques e, não, parte de um organismo social. Numa das pontas, encontra-se a produção, em grande parte constituída de pequenos criadores, mal remunerados, descapitalizados e que, por essa razão, nem sempre produzem uma matéria-prima de boa qualidade. O elo seguinte, é a indústria, constituída de empresas nacionais, multinacionais e cooperativas de produtores, que mantêm diferentes linhas de produtos em função da demanda do mercado e dos níveis de lucratividade pré-estabelecidos internamente. Em seguida, surge o comércio, constituído basicamente de supermercados e padarias, interessados na distribuição do leite e de artigos lácteos com o máximo de lucros e o mínimo de custos. Na outra extremidade, está o consumo, composto por três tipos característicos. O primeiro, representado por aproximadamente 70% da população, é um consumidor eventual do produto natural fluido ou reidratado, que lhe chega às mãos na maioria das vezes através de doações públicas ou privadas. O segundo, composto pela classe média, é realmente o segmento consumidor numericamente mais importante dos produtos lácteos. Por fim, a classe abastada, grande consumidora, mas pouco numerosa, dando preferência aos produtos lácteos de primeira qualidade.

O governo, embora não seja um elo característico, tem grande importância para o setor, devido ao grau de influência que exerce sobre todos os elos da cadeia, a saber: 1) na produção, por ser o responsável pelos níveis da oferta interna e pelo fato de administrar os preços do leite especial em todos os elos do mercado; 2) na indústria e na comercialização, não só pela administração parcial dos preços (leite pasteurizado) e dos custos intermediários mas, também, pela responsa-

bilidade quanto à qualidade final dos produtos processados; 3) perante o consumidor, como responsável pela integridade do produto consumido, tanto no que se refere à preservação do valor alimentício intrínseco de cada produto, como à prevenção de ocorrência de casos de intoxicação na população.

Restam ainda dois componentes sociais que, à semelhança do governo, não constituindo um elo característico da cadeia produtor-transformador-comerciante-consumidor, sucintamente descrita acima, têm uma forte participação em todo o processo, a saber: 1) os meios de comunicação e 2) o denunciante da contaminação do leite e dos demais derivados láctos no país. No primeiro caso, a imprensa, dentro de um certo limite e enquanto dura o interesse jornalístico do assunto, constitui um excelente veículo de divulgação dos diferentes pontos de vista das partes envolvidas. Contudo, as poucas análises mais aprofundadas, publicadas eventualmente por esses veículos de comunicação de massa, não elucidam todos os pontos controversos da questão. Por último, aparece o elemento denunciante da má qualidade do leite e seus derivados, quase sempre um técnico ligado a órgãos públicos de pesquisa. O papel que exerce ao trazer à baila periodicamente o resultado de suas análises reflete, principalmente, a preocupação pessoal com os prejuízos que o consumo de leite contaminado causa à população em geral.

Contudo, em função da diversidade de interesses de cada um dos elos da cadeia, o saldo da controvérsia é sempre muito pequeno, tanto no aclaramento real das causas que levam a população a rejeitar o leite tipo Especial, quanto na tomada de decisões oficiais que promovam a regularização qualitativa e quantitativamente do abastecimento do produto nos centros urbanos.

Três perguntas devem ser convenientemente respondidas para aclarar a questão. A primeira delas é: por que só um tipo de leite (o Especial) é tabelado, em nível da produção, industrialização e comercialização? A segunda refere-se à preferência óbvia dos produtores, industriais e comerciantes em trabalharem com produtos não-tabelados. A terceira diz respeito à virtual impunidade dos fraudadores de leite no país. Naturalmente, essas perguntas, mesmo que bem respondidas, não abarcam todas as distorções que prevalecem no setor leiteiro/laticinista, que, aliás, jamais mereceu da parte das autoridades um plano de longo prazo à altura da importância do leite como alimento e que abrangesse todos os elos, da produção ao consumo. No entanto, a resposta a estas perguntas jogará, pelo menos, um facho de luz nas contradições do mercado do leite e derivados, tanto no plano meramente econômico, como no ético.

Ao se tentar responder tais questões, ver-se-á, de saída, que o tabelamento atinge diretamente a produção leiteira, tendo em vista que impede a capitalização dos pequenos produtores (até 100 l/dia) que respondem por mais de 50% da produção de leite do país. Esses pequenos produtores também são prejudicados pela diferença de preço do leite-consumo e do leite-indústria, quando se sabe que a matéria-prima é a mesma que produz o leite pasteurizado e os derivados lácteos. Aliás, nessa diferenciação, há uma evidente contradição, qual seja, a do produtor ser menos pago pelo leite que se destina a produzir derivados lácteos, justamente os mais lucrativos para as indústrias, por não serem tabelados. Para os grandes pecuaristas, a produção do leite B, não tabelado, vem sendo a saída para o aumento da rentabilidade, uma vez que exige investimentos relativamente altos para a melhoria da qualidade do leite produzido. Essa saída, no entanto, concentra-se mais em São Paulo, tendo em vista que, nos estados sulinos, a qualidade elevada do leite Especial constitui um entrave à entrada do leite B, comercializado a preços superiores. No momento, a produção do leite B, segundo os próprios produtores, já vem perdendo a sua atratividade, devido à não-absorção satisfatória do mercado e à constante alta dos custos de produção. Neste sentido, pode-se dizer que a controvérsia sobre a qualidade do leite Especial, que periodicamente toma de assalto os meios de comunicação, vem em prejuízo geral dos pequenos produtores e beneficia localizadamente os grandes produtores, que produzem o leite B.

Quanto à segunda pergunta, a resposta está na própria economia de mercado, cujos partidários no Brasil defendem, de um modo geral, pelo lucro que pode proporcionar, desconhecendo quase sempre os deveres sociais que corolariamente a liberdade de iniciativa envolve. Devido ao caráter parcial da intervenção governamental no setor laticinista, o nível de lucratividade das empresas é ditado pela proporção do faturamento dos produtos tabelados e dos não tabelados. As empresas que têm na venda do leite pasteurizado tipo Especial o maior volume de faturamento, obviamente, apresentam uma menor rentabilidade. Isto ocorre de um modo geral com as cooperativas de produtores de leite e empresas de capital nacional (as empresas de capital estrangeiro trabalham exclusivamente com produtos não tabelados). No primeiro caso, em função da menor rentabilidade dos produtos tabelados, o aumento da lucratividade das empresas só ocorrerá se houver uma depreciação da qualidade do leite tipo Especial servido à população. Apesar de anti-social e catalogada como crime contra a economia popular, essa depreciação, sob diferentes formas (negligência na rapidez e continuidade do resfriamento do produto, batismo com água ou soro de queijo, adição de quimioterápicos para evitar a acidificação, redução do teor de manteiga etc), acontece de forma generalizada no país. Esse processo depreciativo da qualidade e imagem do leite perante o consumidor, porém, não se confina ao elo industrial da cadeia. O setor de distribuição (padarias e supermercados, em sua maioria) contribui também para o processo, ao não refrigerar ou reduzir a refrigeração do produto, sob pretexto de que a margem de comercialização é pequena. Alimentando esse processo, aparece a omissão ou complacência de diversos órgãos, como se as transgressões cometidas por parcela ponderável da indústria laticinista fossem veniais. Uma explicação, ainda que parcial para esse tratamento omisso ou complacente, por parte das autoridades governamentais, estaria na enorme complexidade do setor que, devido à sua precária estrutura, poderia entrar em colapso se medidas realmente saneadoras fossem praticadas. Isto porque aos industriais cabe sempre a alegação de que a deficiência do produto servido à população provém da contaminação em nível do produtor (o que, na realidade, não tem fundamento, porque o industrial pode rejeitar ou destinar a fins não-alimentícios o leite não classificado dentro dos padrões estabelecidos). Na realidade, porém, a explicação mais ponderável para a controvertida e débil atuação governamental residiria na estrutura oligopolizada do setor laticinista, que lhe dá um poder de pressão junto às autoridades federais. A demonstração mais cabal desse maior poder de barganha não se encontra simplesmente na forma amena com que são tratadas as fraudes do leite mas, e principalmente, nas medidas favoráveis ao setor obtidas nos últimos anos, tais como o estabelecimento de quotas, distinção de preços entre leite-consumo e leite-indústria, mudança do leite C para leite Especial etc. . .

Neste contexto, escapam, incólumes, as empresas multinacionais, que, por não trabalharem com produtos tabelados, conseguem preservar uma imagem pública favorável a sua linha de produtos. Em conseqüência, são, de certo modo, beneficiadas toda vez que a qualidade do leite pasteurizado tipo Especial é posta em dúvida publicamente por técnicos ligados a órgãos oficiais de pesquisa, através dos meios de comunicação. De uma forma indireta, a intensificação da propaganda dos produtos lácteos substitutos (leite em pó, leite tipo longa vida e derivados em geral), paralelamente à controvérsia pública sobre a qualidade do leite tabelado, comprova a afirmação.

No entanto, o resultado mais negativo do afloramento episódico do leite nos noticiários, é o encalhe do produto tabelado nas padarias e supermercados, ao deixar de ser consumido por uma parcela ponderável da população, reconhecidamente subnutrida, que não pode comprar produtos substitutos. Acrescente-se, ainda, que esse encalhe exerce um desestímulo ao produtor e dá maior poder de pressão aos industriais que, nessas ocasiões, passam a pleitear a importação de leite em pó, a pretexto de redução da produção. Na realidade,



contudo, para as indústrias em geral é mais lucrativo vender leite em pó (importado da CEE a preço subsidiado) reidratado do que leite *in natura* pasteurizado, produzido internamente.

SUCO CÍTRICO

Impasse no mercado interno, estagnação no mercado externo

As exportações de suco concentrado de laranja que, em 1982, renderam ao país US$ 572 milhões (ver Quadro 1), deverão, segundo estimativas preliminares, manter-se no mesmo nível em 1983, apesar da redução prevista para as importações norte-americanas do produto. Os EUA foram responsáveis pela absorção de aproximadamente 50% das exportações brasileiras em 1982 e deverão, este ano, reduzir suas compras, em função da recuperação ocorrida nos pomares da Flórida, severamente atingidos pelas geadas de 1981 e 1982.

Desse modo, reduzem-se as perspectivas brasileiras de expansão das exportações do concentrado, tendo em vista que o mercado internacional ainda não cresceu o suficiente para absorver todo o suco que o Brasil está apto a exportar. Tanto no que tange à capacidade instalada da indústria, como no que se refere à produção agrícola da matéria-prima, o Brasil tem condições, hoje, de processar cerca de 170 milhões de caixas de laranja, equivalentes a aproximadamente 580 mil t de suco, destinadas quase totalmente à exportação, tendo em vista o reduzido consumo interno do produto, ao redor de 20 mil toneladas por ano.

A inexistência momentânea de espaços, tanto no âmbito interno como no externo, para a produção potencial, faz com que a indústria trabalhe

QUADRO 1

BRASIL — Exportações de Suco Concentrado de Laranja, Valor, Volume e Preço Médio — 1975 a 1983

Ano	Valor (US$ 1.000)	Variação Anual (%)	Volume (t)	Variação Anual (%)	Preço Médio (US$/t)	Variação Anual (%)
1975	82.204	39,0	180.903	66,8	454,40	−16,7
1976	100.900	22,7	209.858	16,0	480,80	5,8
1977	177.026	75,4	213.524	1,7	829,06	72,4
1978	332.642	87,9	335.644	57,2	991,06	19,5
1979	281.414	−15,4	292.200	−12,9	963,08	−2,8
1980	338.652	20,3	401.026	37,2	844,46	−12,3
1981	659.206	94,6	639.143	59,3	1.031,39	22,1
1982	573.387	−13,0	521.217	−18,4	1.101,00	6,7
1983*	245.000	−8,0	222.727	−7,9	1.100,00	–

FONTE: Cacex.

* Acumulado entre janeiro e abril de 1983 — números preliminares, sujeitos à retificação — variação em relação a igual período do ano anterior.

com elevadas taxas de ociosidade ou, então, mantenha volumosos estoques, cujos custos não podem ser suportados por muito tempo. A administração desses estoques, não só tem um custo financeiro direto, como, também, cria uma expectativa de custos futuros, na medida em que o acúmulo de suco estocado age como um fator a deprimir os preços externos do produto, reduzindo os ganhos dos exportadores e, numa segunda etapa, os ganhos do produtor rural.

Para tentar romper o círculo do acúmulo anual de estoques, a indústria irá processar este ano, apenas 130 milhões de caixas de laranja, quantidade suficiente para atender à demanda externa, estimada em cerca de 450 mil t de suco. Pretendem processar ainda mais 30 milhões de caixas, objetivando unicamente à fabricação de *pellets* (ração para exportação), totalizando, assim, o processamento de 160 milhões de caixas, para uma safra paulista de laranja estimada em 190 milhões de caixas (ver Gráfico 1). O desvio de 30 milhões de caixas para a fabricação de *pellets* evitará que o estoque de suco cresça também este ano, como vinha ocorrendo ultimamente. Deve-se destacar, porém, que as 100 mil t de suco, extraídas do processamento das 30 milhões de caixas de laranja, serão adicionadas à produção de *pellets*, cujo preço no mercado externo hoje oscila entre US$ 150 a US$ 200 por tonelada. Assim, a receita que poderia ser obtida com a venda da produção de suco (as 100 mil t) reduz-se tremendamente, na medida em que a exportação da ração aos preços vigentes é extremamente gravosa. Resta saber ainda, a esta altura, se a adição do suco na ração tem realmente validade, pois, dado o reduzido preço do *pellet* no mercado internacional talvez este suco pudesse ser consumido no mercado interno, principalmente em escolas e hospitais. A partir do momento em que a exportação deste suco, via adição no *pellet*, recebe um subsídio — ainda que oculto — este poderia ser também concedido, quando o produto se destinasse ao mercado doméstico.

A produção esperada de suco na temporada 1983/84, de aproximadamente 450 mil t, deverá ser totalmente exportada, no período entre junho de 1983 e maio de 1984, uma vez que os números levantados preliminarmente pela indústria revelam um estoque remanescente da safra 1983/84 de 100 mil t de suco, basicamente o mesmo da temporada que terminou no final de maio. A manutenção desse estoque é técnica e financeiramente suportável pela indústria e permite que, em caso de ocorrência de geada, ou de outro fator aleatório que modifique as condições atuais de mercado, o Brasil disponha de produto suficiente para atender a um eventual aumento da demanda externa.

O esquema para a comercialização da temporada que terá início no próximo mês de junho, tanto em nível da citricultura e da indústria, como no da exportação, não dispunha de nenhuma de suas linhas básicas definidas até o final de maio. A indústria iniciou as negociações com os produtores de laranja, antes da Cacex definir o esquema da comercialização externa do suco na próxima temporada. Os pontos que estão sendo negociados são:

a) o preço mínimo de exportação;

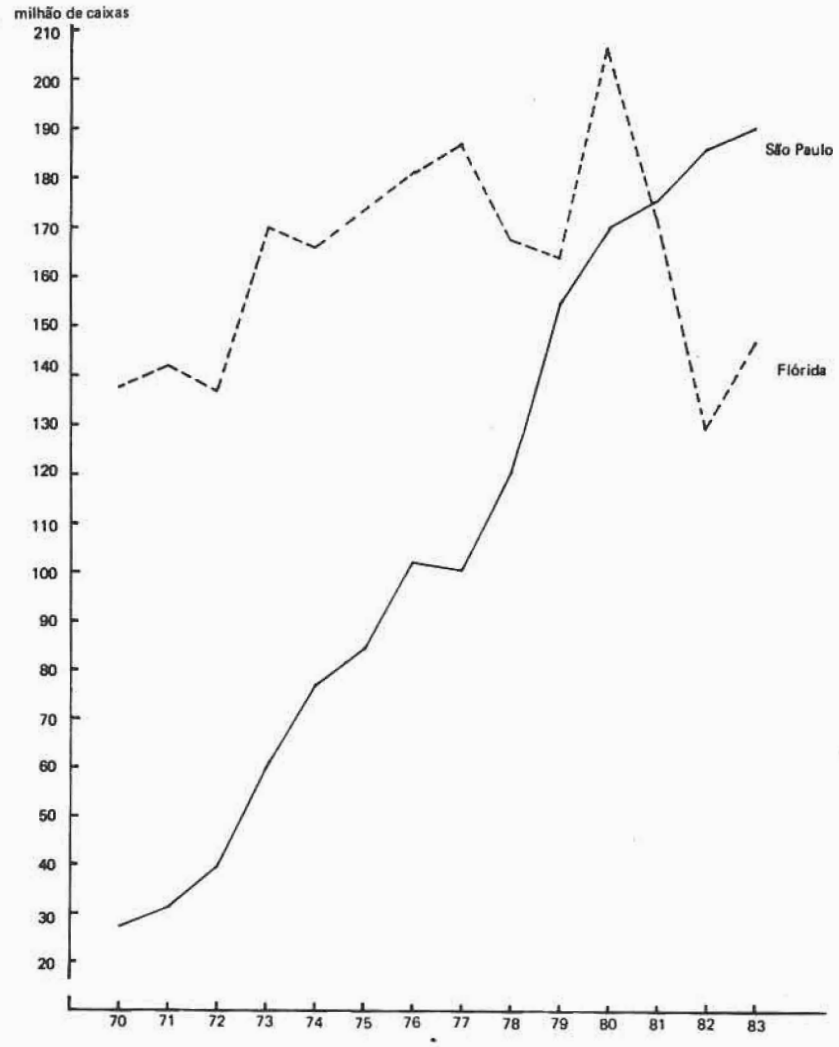
b) o sistema de quotas;

c) o Imposto de Exportação.

A indústria pretende manter o mesmo preço mínimo de US$ 1.100/t durante o ano comercial 1983/84, tendo em vista que um aumento nesse preço, agora, iria comprometer a meta de exportação para este ano, dada a atual situação do mercado importador. Quanto ao sistema de quotas, sua manutenção parece ser também, no momento, uma garantia para o ordenamento das vendas, pois o sistema de venda livre poderia resultar numa competição desenfreada entre as diversas empresas, o que acabaria aviltando o preço do suco no mercado internacional. No que tange ao Imposto de Exportação, de 20%, fixado logo após a maxidesvalorização do cruzeiro, decretada em fevereiro último, a indústria pretende pedir à Cacex a sua retirada total ou, pelo menos, parcial, de forma gradativa. A manutenção do imposto atual poderá ser um dos fatores a dificultar o acordo entre os produtores e a indústria, na

GRÁFICO 1

LARANJA — Evolução da Produção no Estado de São Paulo e na Flórida — 1970-83
(milhões de caixas de 40,8 kg)



FONTE: Commodity Year Book, Unicom News, FIBGE e IEA.

medida em que onera o custo final do suco, tendo reflexos no preço que será pago ao agricultor. A eliminação desse gravame, ou sua diminuição gradativa, poderia facilitar sobremaneira as negociações de preço que, ao que tudo indica, não serão nada tranqüilas.

As negociações, que foram iniciadas somente na última semana de maio, segundo declarações oficiais da Cacex, não terão a intermediação do governo federal, fato que aconteceu em 1982, criando insatisfação tanto entre os produtores como entre os industriais. A necessidade de se chegar a um consenso, o mais rápido possível, quanto ao preço a ser praticado na próxima temporada, é decisiva para o bom desempenho do setor este ano. O preço oferecido pelos industriais, inicialmente, 35% superior ao praticado na safra passada, representava uma perda real de 39%, considerada bastante elevada para os citricultores.

Já na segunda reunião entre produtores e industriais (dia 30/05/1983), porém, os processadores elevaram o preço de Cr$ 540,00/caixa para Cr$ 600,00/cajxa. O novo valor, 50% superior ao praticado na safra passada, representa uma queda real na renda do produtor de 30%, considerando-se os elevados índices inflacionários registrados na economia brasileira nos últimos dois anos. Para que o citricultor mantivesse, *a priori*, sua renda real, o preço da caixa de laranja nesta safra deveria ficar próximo dos Cr$ 870,00. Este nível de remuneração não encontra, porém, respaldo na atual situação do mercado, caracterizado por excedentes, tanto de laranja como de suco. Vale lembrar ainda que, na composição do preço oferecido pela indústria, cerca de 19% das laranjas adquiridas irão destinar-se à produ-

QUADRO 2

Suco de Laranja Concentrado — Exportações Brasileiras, Segundo a Participação Percentual dos Principais Países Importadores — 1975 a 1981 — (%)

Países	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
Alemanha Ocidental	19,7	20,3	15,2	8,2	16,0	13,8	10,1
Bélgica	0,8	2,2	1,0	0,6	1,3	1,1	0,3
Holanda	22,3	36,1	20,0	13,2	21,8	22,5	25,1
Reino Unido	2,0	2,7	3,6	3,4	6,5	–	–
Suécia	8,7	8,8	7,0	5,0	6,3	4,8	2,2
Dinamarca	0,7	2,3	2,3	1,1	1,9	1,3	0,8
Finlândia	1,5	3,0	3,3	2,4	3,8	3,0	1,4
EUA	10,5	9,9	20,1	42,2	26,2	15,0	36,8
Canadá	11,3	8,0	7,8	9,2	9,1	6,0	3,7
Israel	4,4	6,9	2,6	2,8	3,4	1,9	1,4
Austrália	0,5	0,5	0,3	1,8	1,3	1,6	–

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Cacex.

ção de *pellets*, cujo preço final de exportação é muito inferior ao do suco. Além disso, os Cr$ 600,00 serão pagos indistintamente por todos os tipos, incluindo as tangerinas, cuja produtividade industrial é bem inferior à da laranja. As negociações para a definição do preço de referência deverão prosseguir, nas próximas semanas. Uma reunião já ficou marcada para o próximo dia 6 de junho, quando a produção dará seu parecer a respeito da proposta dos industriais e apresentará, provavelmente, uma contra-proposta. A moagem da safra, no entanto, já teve início, mesmo sem um preço definido, evitando-se assim que ocorram perdas como as do ano passado, quando parte da produção de tangerina foi perdida, em virtude do atraso ocorrido na colheita.

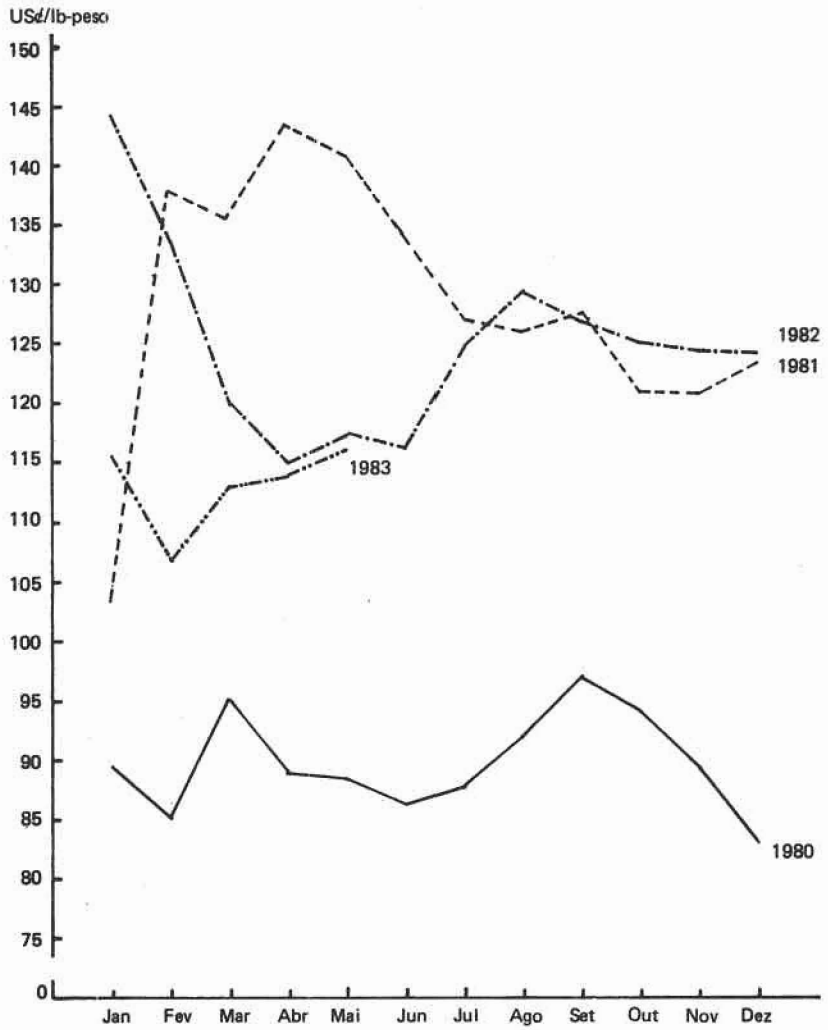
O mercado internacional do suco manteve-se praticamente estável no primeiro quadrimestre do ano (ver Gráfico 2). A partir de maio porém, as cotações iniciaram um período de alta, devido, possivelmente, ao término do processamento da safra norte-americana 1982/83 e ao reduzido estoque interno de suco. Na temporada 1982/83, que teve início em novembro passado, a produção norte-americana de suco apresentou, até meados de maio, um aumento de 4,3% em relação a igual período do ano passado, enquanto as importações caíram 50,7%. O consumo e o estoque interno apresentaram quedas de 5,6% e 21,2%, respectivamente. Os EUA deverão intensificar as importações, a partir de maio, devido não só ao início da temporada quente (quando o consumo interno do suco normalmente aumenta) mas, também, ao nível baixo dos estoques externos, mantendo, assim, as cotações do suco num patamar elevado (ver Gráfico 2). A produção de laranja daquele país, embora deva apresentar, ao final da colheita, um aumento de 22,7%, não será suficiente para atender ao consumo interno. O estado da Flórida, responsável por 69% da produção total, em 1982/83 deverá colher uma safra de laranja 13,8% superior à passada e moer cerca de 125 milhões de caixas. Segundo a última estimativa do USDA (maio de 1983), o rendimento industrial esperado para esta safra é de 1,47 galão/caixa, o que daria uma produção de 183,7 milhões de galões. Deve-se ressaltar, porém, que o rendimento projetado pelo USDA para 1982/83 encontra-se bastante acima da média dos últimos doze anos (o menor rendimento do período 1970/83 ocorreu em 1977 — 1,07 galão/caixa — e o maior em 1979 e 1980 — 1,34) e, provavelmente, será reavaliado para baixo. Isto também ocorreu nas duas últimas safras, quando, de uma projeção inicial de 1,45 galão/caixa, o número final ficou em 1,21 e 1,28 para 1980/81 e 1981/82, respectivamente. A Califórnia, segundo maior produtor, deverá apresentar uma produção 58% superior à de 1981/82, em razão do bom tempo que ocorreu durante o desenvolvimento da fruta. Vale lembrar, porém, que a indústria processadora de laranja nos EUA é basicamente suprida pela produção da Flórida, enquanto os demais estados produtores abastecem o mercado com frutas *in natura*.

Os demais mercados consumidores deverão manter suas importações praticamente estáveis, tendo em vista a grave crise econômica que ainda afeta os principais países da Europa. Deve-se destacar ainda que, devido à queda ocorrida nas importações norte-americanas de 50%, no período entre novembro de 1982 e abril de 1983, e à queda ocorrida nas exportações brasileiras no primeiro quadrimestre do ano, de apenas 8%, pode-se concluir que, nesse período, houve uma redução da dependência das exportações brasileiras do mercado norte-americano. De fato, os principais mercados compradores foram os países industrializados da Europa Ocidental, com destaque para a Alemanha e para a Holanda (ver Quadro 2). No mesmo período da safra anterior, os EUA foram os responsáveis pela quase totalidade das exportações brasileiras, tendo em vista a quebra ocorrida na safra da laranja, afetada pela segunda vez consecutiva por severa geada.

A performance do setor agroindustrial de laranja, em 1983/84, deverá ser ainda beneficiada pelas seqüelas das duas últimas geadas ocorridas nos EUA, garantindo, mais uma vez, elevadas exportações de suco concentrado. A necessidade de ampliação dos mercados consumidores, tanto internos como externos, con-

GRÁFICO 2

SUCO CONCENTRADO DE LARANJA – Cotações Médias Mensais na Bolsa de Mercadorias de Nova Iorque – 1980/83 (US¢/lb-peso de sólido solúvel a 100º Brix)



tinuará, porém, a nortear as ações dos citricultores e industriais, como forma de garantir a utilização máxima do capital investido no parque industrial e o escoamento da crescente produção de laranja brasileira.

Segundo informações extra-oficiais, a produção de laranja da Flórida, na temporada 1983/84, estaria estimada em 194 milhões de caixas, apresentando assim um crescimento de 32% em relação à safra 1982?83. Caso este número venha a ser confirmado em outubro — época em que o USDA divulga sua primeira estimativa oficial — as importações norte-americanas de suco no próximo ano deverão sofrer novamente uma redução, acarretando maiores dificuldades para o setor citrícola do Brasil.

SUINOCULTURA

Sob a influência da recessão

Em função da menor oferta de animais terminados, o ano de 1982 revelou-se extremamente rentável para a suinocultura brasileira, que passou a dispor de preços suficientemente elevados em contraposição aos então baixos preços do milho. Na região Sul, por exemplo, o preço relativo médio suíno/milho, no ano passado, situou-se em 8,4, muito acima, portanto, dos 5,8 de 1981 e dos 5,9 de 1980. Não era para menos, uma vez que o preço médio alcançado pelos animais, no ano passado, na região Sul, foi 14,7% maior, em termos reais, do que a média de 1981, enquanto que a cotação do milho sofreu uma perda, no período, de mais de 20%, também em termos reais.

Mesmo assim, o Gráfico 1 permite observar que a lucratividade da suinocultura sulista passou a declinar a partir de meados do segundo semestre do ano passado, quando, por força da entressafra de milho, os preços do cereal começaram a aumentar, pressionando o custo de produção de suínos. Desta forma, em que pese a elevação de preços característica de fim de ano, em dezembro do ano passado, de acordo com estudo do Centro Nacional de Pesquisa de Suínos e Aves (CNPSUA), da Embrapa, o custo de produção do suíno vivo era de Cr$ 223,30/kg, enquanto que, de acordo com a CEPA de Santa Catarina, o preço médio recebido pelo suinocultor catarinense situava-se em apenas Cr$ 188,00/kg*.

A tendência declinante dessa relação nos estados sulinos permaneceu durante os três primeiros meses de 1983, por força, exclusivamente, da queda dos preços reais recebidos pelo suíno gordo, uma vez que a colheita do milho precoce implicou uma redução real dos preços do produto. Desta maneira, a tradicional diminuição do consumo deste tipo de carne durante os meses mais quentes do ano tem levado os criadores de suínos a, novamente, questionarem sua margem de lucro, pois o preço recebido pelo animal terminado prossegue abaixo do custo de produção (novamente de acordo com o CNPSUA, no primeiro trimestre deste ano, o custo do quilograma de suíno, em Santa Catarina, foi de Cr$ 256,21, 11,2% acima do preço médio recebido pelos suinocultores daquele estado).

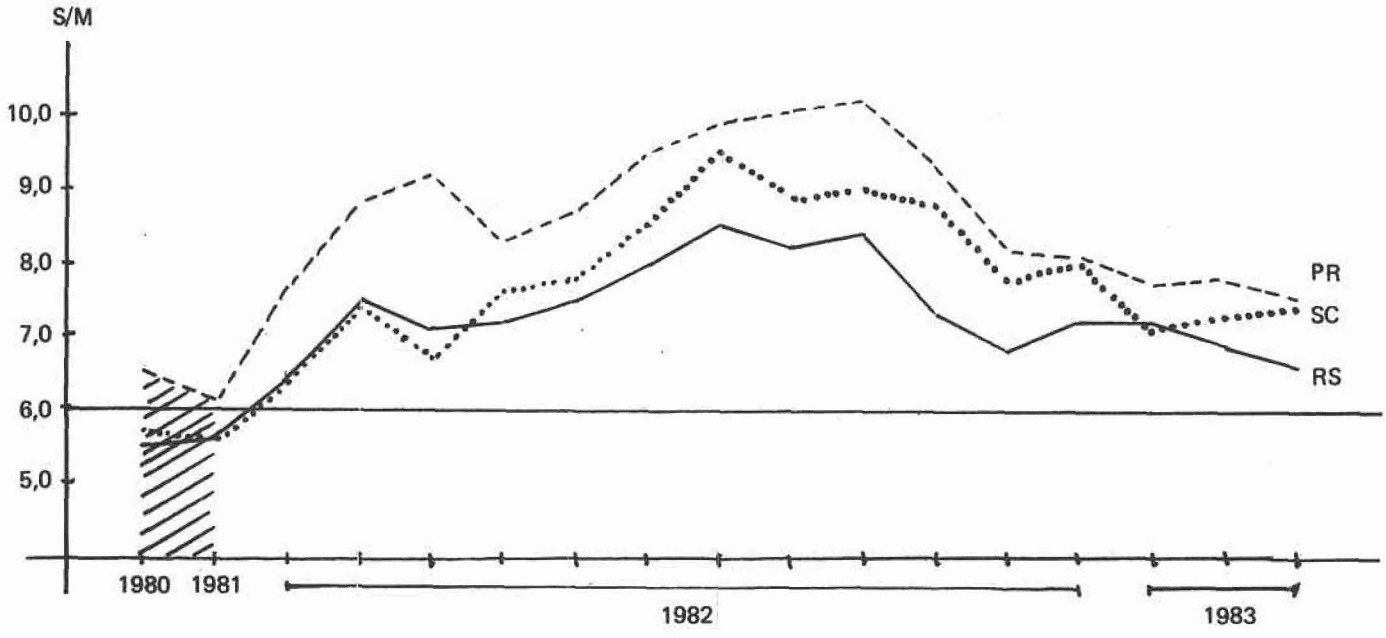
Excluindo a esperada queda do consumo desta carne durante o verão, dois fatos podem ser considerados responsáveis por esta situação. Primeiramente, em face do aperto do poder de compra dos consumidores brasileiros, vem-se acentuando a ausência da carne suína da dieta alimentar, em benefício das carnes bovina e, principalmente, avícola, pois, se, do ponto de vista dos criadores, o ano de 1982 provou ser dos mais vantajosos financeiramente, observou-se, do lado do consumo varejista, uma retração considerável no consumo de carnes suínas. Isto porque o preço real no varejo da carne suína em 1982 foi 8,8% superior à média de 1981, enquanto que os preços das carnes bovina e de aves ao consumidor *decaíram*, também em termos reais, respectivamente 5,5% e 13%. Desta forma, a carne de porco, ao ter seu preço real elevado exatamente num ano em que o poder de compra da população foi bastante reduzido, passou a sofrer ainda maior

* Deve ser esclarecido, porém, que, em Santa Catarina, cerca de 70% dos suínos abatidos provêm de criações integradas, onde o preço recebido pelo criador é, tradicionalmente, inferior ao custo da produção não integrada.

alijamento da dieta alimentar tradicional de segmento específico da população (o que, por extensão, acabou afetando negativamente o consumo de feijão preto durante 1982, visto que parte da demanda desta leguminosa está associada aos preços dos embutidos e salgados, utilizados geralmente em feijoadas). O Gráfico 3 mostra, inclusive, que, em São Paulo, a partir de dezembro do ano passado, os aumentos do preço real da carne suína no varejo passaram a ser superiores aos do preço obtido pelo criador. Já em março deste ano, no entanto, esta tendência deu sinais de reversão, em razão da redução do consumo, motivada pela alta desta carne. De fato, se, de janeiro a novembro de 1982, o salário mínimo mensal pôde comprar 34 quilogramas de car-

GRÁFICO 1

PARANÁ, SANTA CATARINA e RIO GRANDE DO SUL — Preços Relativos Suíno/Milho — 1980, 1981 e 1982



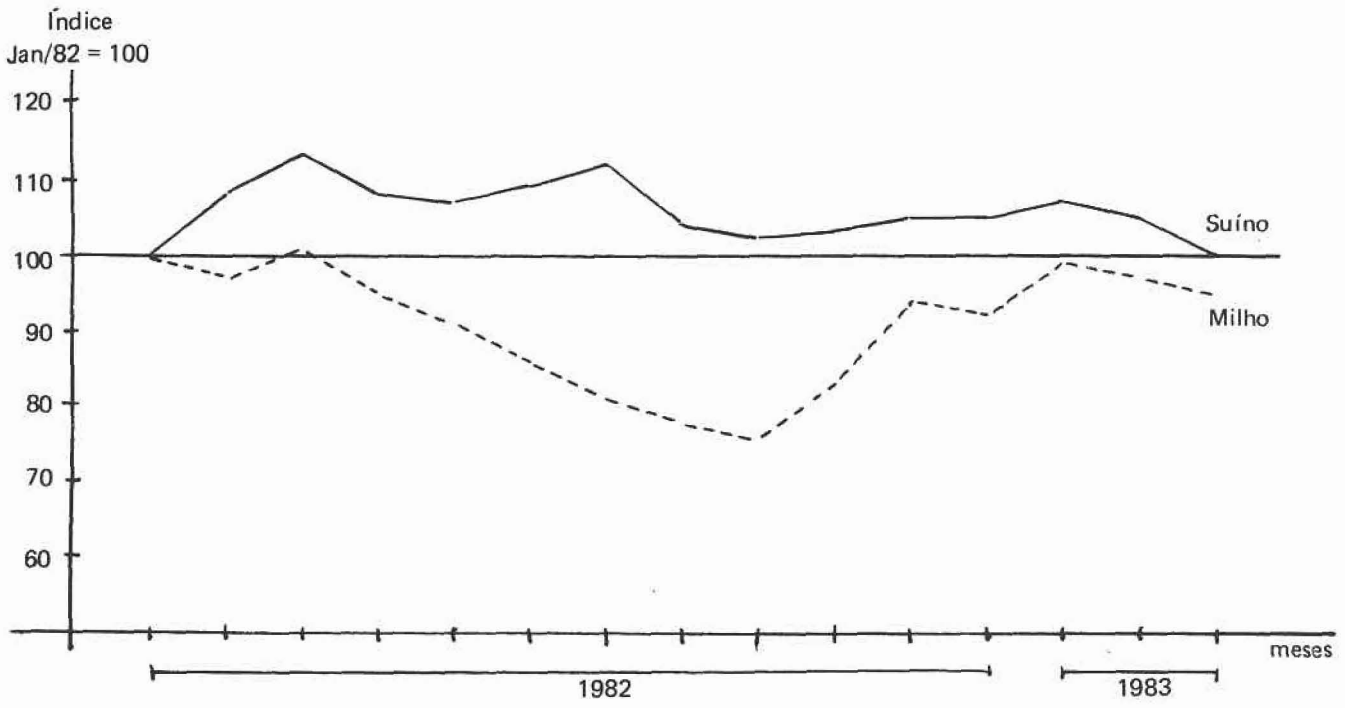
FONTE: CEPAS.

ne de porco, entre dezembro de 1982 e março de 1983 podia comprar apenas 31 kg. Em segundo lugar, a oferta de animais terminados vem-se elevando, em resposta à recuperação dos preços recebidos pelos produtores, a partir do segundo semestre de 1981. Na região Sul, no primeiro trimestre do presente ano, abateram-se 2% a mais de suínos do que em igual período de 1982, fazendo com que o preço médio real recebido naquela região, de janeiro a março deste ano, fosse 5,1% inferior ao de igual período de 1982 (entre os primeiros trimestres de 1982 e 1981, houve um ganho real da ordem de 11,5%).

Em suma, se o ano de 1982 foi considerado como dos melhores pelos criadores de suínos, o mesmo não pode ser dito no que se refere ao seu posicionamento no mercado brasileiro de carnes. Contraditoriamente, ao mesmo tempo em que os avanços

GRÁFICO 2

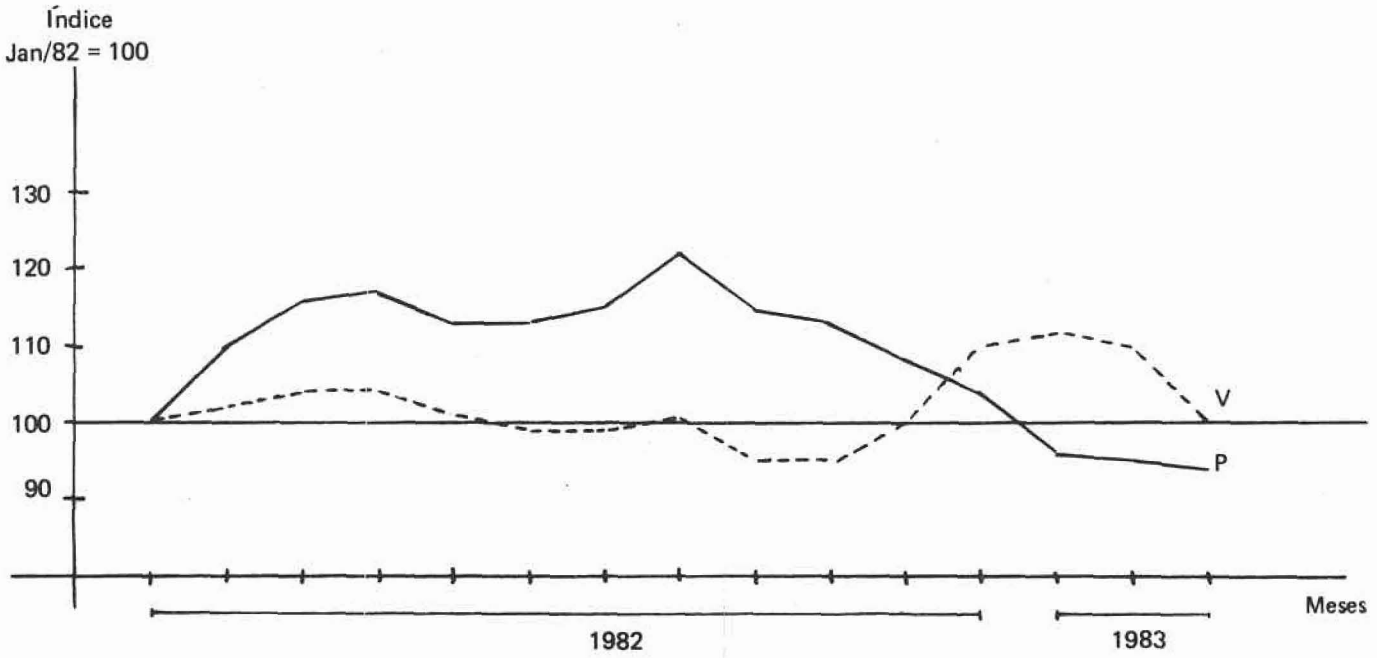
REGIÃO SUL: Evolução dos Índices dos Preços Reais do Suíno e do Milho — Janeiro a Dezembro de 1982 (IGP, Col. 2, Para Janeiro de 1983)



tecnológicos são cada vez mais evidentes nesta criação, estes benefícios parecem não atingir o que seria seu principal objetivo, qual seja, o de tornar a carne suína um produto acessível a uma parcela maior da população, principalmente urbana. O Gráfico 4 mostra como se comportaram os preços da carne suína no varejo de São Paulo do início de 1978 a março de 1983, em comparação com as carnes bovina e de aves. Se, em 1980, 1981 e, em alguns meses do ano passado, a carne de porco esteve mais barata do que a bovina, sua disparidade em comparação com o preço da ave atingiu níveis recordes no início de 1983. Tal situação parece um tanto desconcertante, tendo em vista que, em 1982, ano de folgada oferta de milho, não houve pressão deste insumo sobre o custo de produção de suínos, deixando entrever que parte da responsabilidade dos

GRÁFICO 3

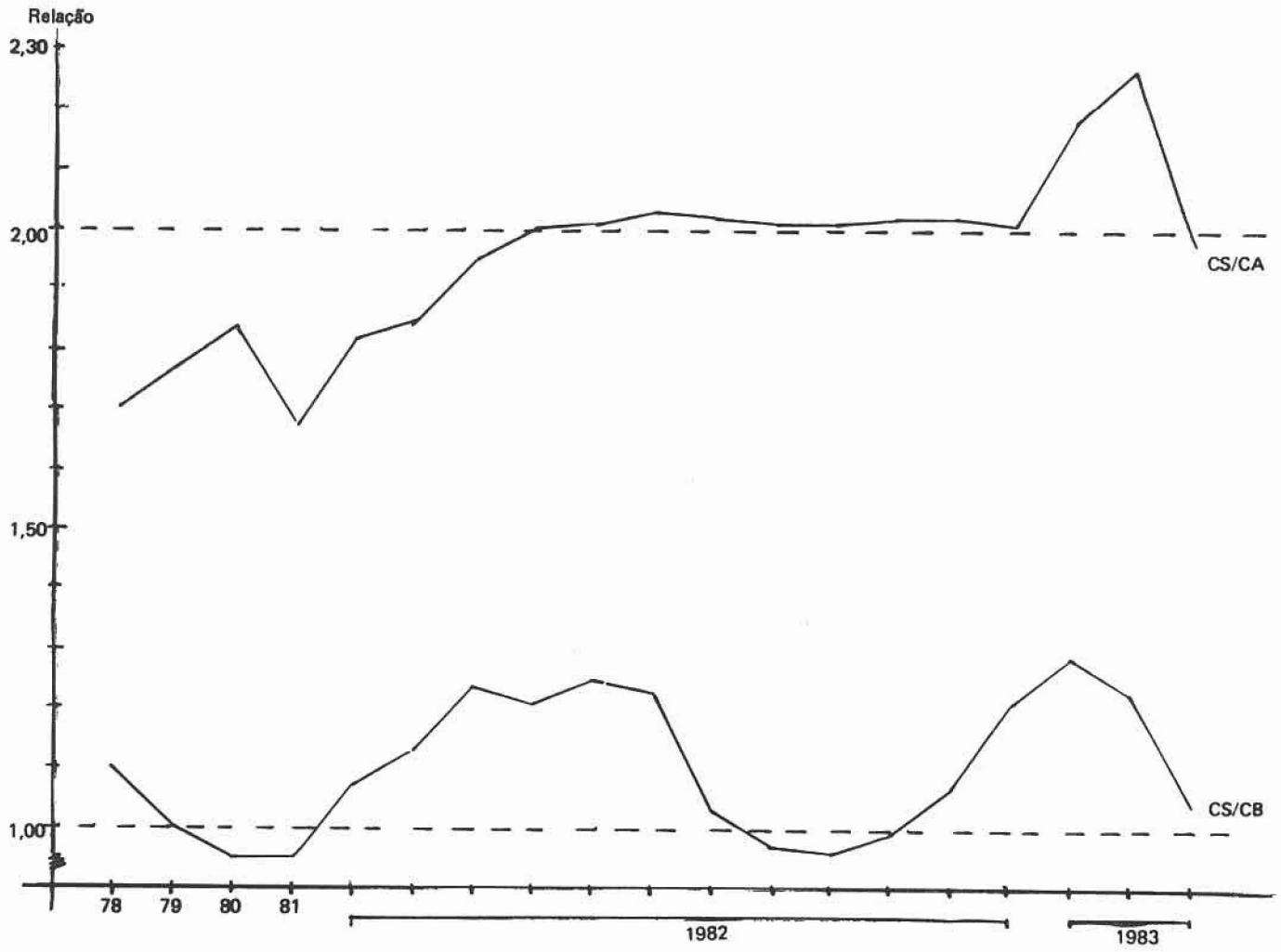
SÃO PAULO – Índices de Preços Reais** do Suíno Tipo Carne (P) e no varejo da Carne Suína – Janeiro de 1982 a Março de 1983*



* Jan/1982 = 100.
** IGP, col. 2, Conjuntura Econômica, para janeiro de 1982.

GRÁFICO 4

SÃO PAULO: Preços Relativos no Varejo, Carne Suína/Carne Avícola (CS/CA) e Carne Suína/Carne Bovina (CS/CB) Anuais de 1978 a 1981, e Mensais de Janeiro de 1982 a Março de 1983



FONTE: IEA/SP.

aumentos deve ser creditada à especulação dos produtores (que procuravam ressarcir-se dos prejuízos registrados em 1981) e das indústrias.

O atual momento vivido pelo setor, ao apresentar uma maior oferta de animais terminados simultaneamente à diminuição do consumo, deverá prolongar a queda do preço real do suíno vivo, mesmo porque, dentro de dois meses, inicia-se a chamada "safra" de suínos, aumentando a oferta de animais às indústrias. Assim, tudo indica que as indústrias deverão recusar-se a atender às reivindicações dos suinocultores, no que se refere aos preços dos animais engordados com o milho colhido no Centro-Sul desde o início do ano. Ressalte-se que, atualmente, algumas indústrias já se ressentem da queda na demanda pela carne *in natura*, sendo obrigadas a aumentar o percentual que cabe à industrialização dentro da unidade produtora.

Englobada no contexto recessivo da economia, a suinocultura se vê, assim, numa situação incômoda, pois se, de um lado, a oferta de insumos é (até o momento) favorável, por outro lado, o mercado consumidor interno encontra-se retraído, e, no curto prazo, não há perspectivas de exportação para a carne de porco. As dificuldades deste quadro se evidenciam quando se leva em conta que, este ano, cerca de 20% da produção de carne bovina e 18% da produção de carne de aves deverão ser exportados. Restarão, assim, 4,5 milhões de t de carnes em geral (excluindo-se o pescado) para consumo interno, quantidade que representa quase 3% a menos do que a oferta global de 1982. Essa oferta *per capita* de carnes será ainda menor, se for agregado neste cálculo o crescimento anual da população.

Em resumo; num ano em que o governo não hesita em lançar mão de todo e qualquer recurso para alcançar o almejado saldo positivo de seis bilhões de dólares na balança comercial, o fato de a carne suína continuar sem acesso ao mercado externo levaria a esperar que a suinocultura aumentasse sua contribuição para redução do déficit de proteínas animais disponíveis à população, agravado pelas exportações de outras carnes, tendo em vista a razoável oferta de grãos para arraçoamento.

No entanto, a suinocultura segue em sua trilha peculiar, confirmando sua posição instável dentro do mercado brasileiro de carnes, e reforçando suas características de produto oriundo de um mercado altamente desorganizado, onde o oligopsônio prevalece na maior parte do país. Tanto na área da produção como na governamental, inexiste a preocupação de retirar da carne suína o estigma de produto caro e contra-indicado para a saúde, e o conformismo setorial de ter, sempre, uma participação apenas marginal no mercado brasileiro de proteínas animais.

PANORAMA AGROPECUÁRIO

PREÇOS NO MERCADO EXTERNO

GUIA DE LEITURA (posições nominais)
1 – Posição da última semana do mês
2 – Posição da última quinzena do mês
3 – Posição do mês anterior
4 – Posição um ano antes
5 – Comportamento dos Futuros
6 – Fatores ponderáveis e perspectivas dos próximos 30 dias

PREÇO / PRODUTO	Posição 1 Ano Antes	Posição Mês	Posição Última Quinzena	Posição Última Semana	Futuros M J J A S O N D J F M A	Tendência	Fatores Ponderáveis
AÇÚCAR RAW MERC.–N.Y. US ¢/lb-peso Fonte: Unicom	9,52	6,72	6,98	7,34	7,32 7,67 8,04 8,30 8,78 9,25		– Rumores de que a África do Sul e Cuba renegociam acordos de fornecimento para o Japão. – Plantio de beterraba prejudicado por chuvas na Europa. – Possível suspensão das exportações da República Dominicana.
ALGODÃO 1-1/16" M-Memphis MERC.–N.Y. US ¢/lb-peso Fonte: Unicom	63,15	64,87	64,61	64,12	71,74 72,19 72,27 72,24 73,45		– Recuperação no consumo norte-americano e projeções de estoques menores pressionam os preços. – Estimativa de plantio de 8,125 milhões de acres, nos EUA, abaixo de todas as perspectivas iniciais.
CACAU BAHIA MERC.–N.Y. US$/tonelada Fonte: Unicom	1649,04	1763,45	1846,80	1892,40	1763,45 1796,42 1814,65 1852,43 1879,65		– Rumores de que Gana e Costa do Marfim suspenderam os embarques já programados. – *Gill and Duffus* aumentou, de 54 para 60 mil t, sua estimativa de déficit para a estação 1982/83.
CAFÉ SANTOS MERC.–N.Y. US ¢/lb-peso Fonte: Unicom	136,41	123,42	124,73	125,05	123,42 123,36 121,98 120,81 118,38		– Escassez física de café robusta na Bolsa de Londres. – Aproximação do inverno no Brasil.

NOTA: Spot de Cacau e Café suspenso. As posições da Última Semana, Última Quinzena e do Mês Anterior referem-se a futuro 1ª entrega.

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, o GIA não pode garantir. Nossas opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudanças, independentemente da ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugerimos contato com nossos técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões. (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	Posição 1 Ano Antes	Posição Mês	Posição Última Quinzena	Posição Última Semana	Futuros	Tendência	Fatores Ponderáveis
MILHO TWO YELLOW MERC.–CHIC. US ¢/bushel Fonte: Unicom	264,54	321,72	312,00	314,65	M J J A S O N D J F M A: 313,05 316,91 309,40 302,79 310,60	↑	– Melhoria das condições meteorológicas acelera plantio da safra 1983/84. – Produtores têm retido produto da safra passada visando à sustentação dos preços.
SOJA - GRÃO ONE YELLOW MERC.–CHIC. US ¢/bushel Fonte: Unicom	650,24	638,11	638,83	644,50	636,21 652,85 658,91 665,16 677,48 689,09 702,03	↑	Produtores norte-americanos reduzem a oferta do grão fortalecendo seus preços.
SOJA FARELO MERC.–CHIC. US$/tonelada Fonte: Unicom	190,21	187,19	189,15	191,30	188,67 191,79 194,48 196,21 198,08 202,87 203,89 208,95	↑	Compras soviéticas atingiram 941 mil t no período janeiro-março/83, contra 491 mil no primeiro trimestre de 1982 e há indicações de que novas aquisições vêm sendo feitas.
TRIGO SOFT RED MERC.–CHIC. US ¢/bushel Fonte: Unicom	370,90	350,89	346,63	349,55	351,54 362,74 372,80 387,26 399,03	→	Apesar de redução estimada da safra norte-americana, a grande concorrência entre os exportadores do cereal impedirá o aquecimento das cotações.

PREÇOS NO MERCADO INTERNO

GUIA DE LEITURA (posições nominais)
1 – Posição da última semana do mês
2 – Posição da última quinzena do mês
3 – Posição do mês anterior
4 – Posição um ano antes
5 – Fatores ponderáveis e perspectivas dos próximos 30 dias

PREÇO / PRODUTO	Posição 1 Ano Antes	Posição Mês	Posição Última Quinzena	Posição Última Semana	Tendência	Fatores Ponderáveis
ALGODÃO Tipo 6–Sul do BR MERC. – SP Cr$/15 kg Fonte: Bolsa de Mercadorias de SP	7027,40	7662,63	7935,00	8020,00	↗	– Chuvas continuam atrasando a colheita. – Queda na qualidade reduz oferta de tipos superiores. – Indústria continua contrária às exportações de algodão.
ARROZ Amarelão - Est. Cen. MERC. – SP Cr$/sc. 60 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	9123,69	8584,21	8840,00	8980,00	↗	Expectativa de que a quebra da safra gaúcha será maior do que o esperado.
CAFÉ Tipo 7/8 MERC. – RJ Cr$/sc. 60 kg Fonte: Bolsa de Mercadorias de SP	29544,75	29346,32	29079,00	28898,00	→	– Aproxima-se o período da colheita. – IBC reduz as ofertas diárias nos leilões.
BOI GORDO – MERC. – Pres. Prud. Cr$/arroba Fonte: IEA-SP	5447,72	6868,42	6900,00	6800,00	→	– Oferta regular de bois gordos. – Aumento dos preços dos animais de reposição. – Redução do poder de compra da classe média pela política salarial.

Corrigidos pelo IGP, col. 2 – Conjuntura Econômica-FGV.
NOTA: Cotações de Algodão correspondem a 1º Futuro.

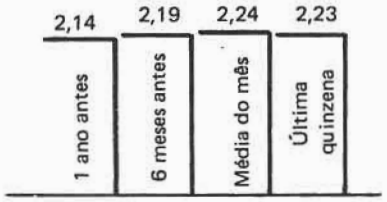
As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, o GIA não pode garantir. Nossas opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza sujetiva, sujeitas a mudanças, independentemente da ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugerimos contato com nossos técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões. (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	Posição 1 Ano Antes	Posição Mês	Posição Última Quinzena	Posição Última Semana	Tendência	Fatores Ponderáveis
FEIJÃO Carioquinha Especial MERC. – SP Cr$/sc. 60 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	9510,05	13111,11	13900,00	14550,00		Quebra da segunda safra
FRANGO Vivo MERC. – SP Cr$/kg Fonte: APA	215,86	215,63	220,38	222,50		Aumento do preço da soja e do milho pressionam os custos.
MILHO Amarelo Semiduro MERC. – SP Cr$/60 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	2346,33	2150,00	2150,00	2150,00		– Diminuição para 5% do Imposto de Exportação do milho. – Perdas na colheita do Sul devido às chuvas.
SOJA - GRÃO Industrial MERC. – SP Cr$/60 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	4028,12	4644,74	4750,00	4850,00		Perdas expressivas na safra gaúcha ativam a demanda interna.

Corrigidos pelo IGP, col. 2 – Conjuntura Econômica-FGV.

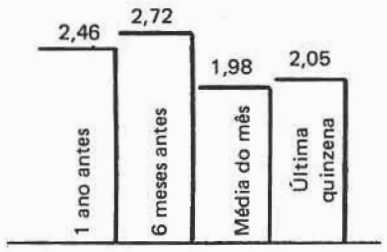
PREÇOS RELATIVOS – MERCADO EXTERNO

Algodão / Soja



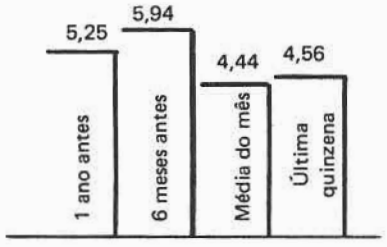
Face à ausência de alterações no preço do algodão e da soja durante a última quinzena, seu preço relativo manteve-se em patamar semelhante ao da média do mês.

Soja / Milho



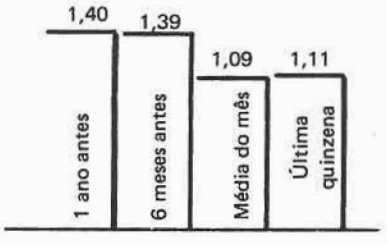
À inalterabilidade do preço da soja, na última quinzena, correspondeu desvalorização da ordem de 3% no preço do milho. Isto porque ainda não se definiram quais serão os rumos da negociação de um novo acordo de fornecimento de grãos à URSS, visto o acordo atualmente em vigor expirar em 30 de setembro. Desta forma, o preço relativo soja/milho voltou a aumentar, embora seu valor ainda seja muito inferior ao de um ano antes.

Algodão / Milho



O aumento esperado do consumo mundial de algodão não chegou a afetar a cotação da fibra durante a última quinzena de abril, uma vez que os EUA dispõem de grande estoque do produto, mantendo-se seu preço médio deste período semelhante ao do mês. A coadunação desta estabilidade à desvalorização do preço do milho explica o mais novo patamar desta relação.

Trigo / Milho

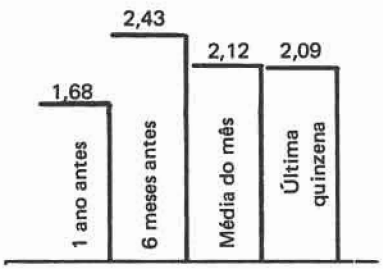


Durante a última quinzena, o preço relativo trigo/milho voltou a afastar-se da unidade, em comparação com o valor médio do mês, pois foi neste período que a diminuição de 3% no preço do milho suplantou a queda de 1,2% observada na cotação do trigo. Este último produto sofreu, assim, as conseqüências da situação do mercado internacional, pois, enquanto se espera uma queda de quase 20% na produção norte-americana deste ano, as vendas por parte dos EUA e da Argentina vêm sendo impulsionadas por subsídios (caso dos EUA) ou por descontos nas vendas FOB (caso argentino, país que enfrenta dificuldades de estocagem do cereal).

FONTES: Algodão: Unicom, Cotton World Statistics. Soja, Milho e Trigo: Unicom, Commodity Year Book.

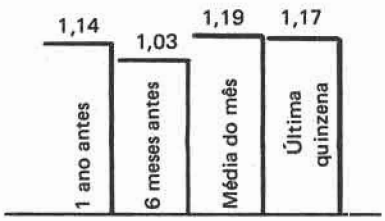
PREÇOS RELATIVOS – MERCADO INTERNO

Boi Gordo
Frango Vivo



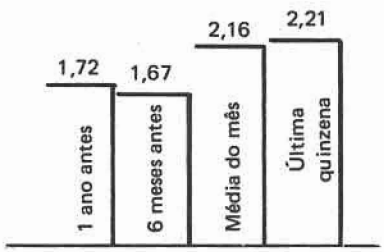
Inferior ao seu valor médio do mês, o preço relativo boi gordo/frango vivo da quinzena registra queda devido ao fato de o preço da ave ter aumentado 2,2% no período (os preços de diversos insumos à criação avícola têm aumentado, ultimamente), enquanto que o preço do boi gordo tendeu a estabilizar-se em patamar relativamente elevado, tendo em vista a capacidade reprimida de compra do consumidor de carne bovina.

Frango Vivo
Ração Ave Corte



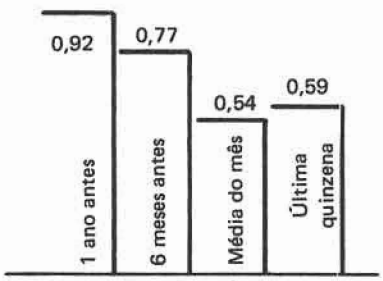
A despeito do mencionado ganho observado no preço do frango vivo na última quinzena, o preço relativo frango vivo/ração deste período apresentou valor inferior ao da média do mês, retraindo-se a margem de lucro do criador para nível semelhante ao de há um ano. Por outro lado, há seis meses (portanto, em plena entressafra de milho), este preço era bastante próximo da unidade.

Soja
Milho



Aumentou, na quinzena, a valorização da soja em relação ao milho, se comparada a sua posição anterior. Isto porque, enquanto a diminuição do Imposto de Exportação da soja propiciou às indústrias de esmagamento pagamentos mais elevados aos sojicultores, o preço do milho manteve-se pressionado pela proximidade do pico de colheita da safra 1982/83 no Centro-Sul. Há um ano, a relação entre estes dois preços encontrava-se em patamar inferior ao atual.

Feijão Preto
Feijão Carioquinha



As perdas na lavoura gaúcha de feijão levaram a que, na última quinzena, o preço do feijão preto se apresentasse quase 15% superior à média do mês. Por seu turno, o feijão carioquinha valorizou-se 6% no mesmo período, face à quebra estimada em cerca de 40% havida na safra das águas no Centro-Sul. Daí a ligeira queda observada neste preço relativo durante a última quinzena, em cotejo com o valor médio do mês.

FONTES: Boi Gordo: IEA-Sec. Agric. SP. Frango Vivo e Ração Ave Corte: IEA-Sec. Agr. SP e APA. Feijão Preto, Feijão Carioquinha, Soja e Milho: Bolsa de Cereais de SP.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Entidade de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, instituída em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, visando ao estudo dos problemas de organização racional do trabalho, especialmente nos seus aspectos administrativos e social e à conformidade de seus métodos às condições do meio brasileiro.

Sede: Praia de Botafogo, 190 - Caixa Postal 9052 - ZC 02
Tel.: 551-1542
CEP 22.250 - Rio de Janeiro - RJ

Presidente: Luiz Simões Lopes
Superintendente Geral: Roberto Hermeto Corrêa da Costa

CONSELHO DIRETOR:
Presidente: Luiz Simões Lopes
Vice-Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Membros: Aldo Batista Franco, Eugênio Gudin, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Manoel Fernando Thompson Motta, Manoel Pio Corrêa Jr. e Octávio Gouvêa de Bulhões. Membros Suplentes: Carlos Alberto Pires de Carvalho Albuquerque, Luiz Fernando da Silva Pinto e Renato Corrêa Paes.

CONSELHO CURADOR:
Presidente: Alberto Pires Amarante
Vice-Presidente: João Carlos Vital
Membros: Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Antonio Garcia de Miranda Neto, Antonio Ribeiro França Filho, Celso Timponi, Cezar Reis Cantanhede e Almeida, Domingos Marques Grello, Edmundo Penna Barbosa da Silva, Estado de Minas Gerais, Estado de São Paulo, Geraldo Wilson Nunan, Glycon de Paiva, Henrique Domingos Ribeiro Barbosa, Instituto de Resseguros do Brasil, Mário Abrantes da Silva Pinto, Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, Paulo de Tarso Leal, Rubens D'Almada Horta Pôrto, Salles/Interamericana de Publicidade S.A. e Theodoro Arthou.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

COMISSÃO DIRETORA:
Presidente: Octávio Gouvêa de Bulhões
Vice-Presidente: Mario Henrique Simonsen
Membros: Angelo Jorge de Souza, Eugênio Gudin, Janes Angelo de Souza e Julian Magalhães Chacel.

DEPARTAMENTO DE ENSINO:
Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia: Mario Henrique Simonsen

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS:
Diretor: Julian Magalhães Chacel

Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional: Luiz Aranha Corrêa do Lago
Grupo de Gerência e Economia da Informação: Moacyr Antonio Fioravante

Divisão de Contabilidade Social
Diretor: Angelo Jorge de Souza
Centro de Contas Nacionais: Ralph Miguel Zerkowski
Centro de Estudos Fiscais: Margaret Hanson Costa
Centro de Estudos Industriais: Eden Gonçalves de Oliveira
Grupo de Análise Contábil: Sebastião Marcos Vital

Divisão de Estatística e Econometria
Diretor: Janes Angelo de Souza
Centro de Estudos Agrícolas: Sylvio Wanick Ribeiro
Centro de Estatística Econômica: Marcos Ferreira de Souza
Centro de Processamento de Dados: Eugênio Decourt
Grupo Especial de Consumo: Roberto Maia de Camargo Abib



Não sendo encontrado o destinatário, devolver ao
GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRICOLA
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
Av. Gomes Freire, 647 – 10º andar
ZC-58 - RIO DE JANEIRO - RJ - BRASIL